



Boletim
de Transparência
Fiscal

RIO DE JANEIRO | 5º BIMESTRE | 2011

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Ricardo José de Souza Pinheiro

**SUPERINTENDENTE DO TESOURO
ESTADUAL**

Carolina Tomaz Barbosa Corrêa

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alessandro Lima da Rocha

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Carlos Roberto Moreira de Araújo

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eliane Marcos Macedo

Fernanda Correia de Oliveira

Fernanda Stiebler

Guilherme Vasconcelos Severino

Henrique Diniz de Oliveira

Joana Pimentel Meneses de Farias

José Elias do Nascimento Neto

Larissa Silva Carvalho

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luisa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Raphael Philipe Moura

Renata Gomes Rimes de Almeida

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto

Soraia Duarte Guimarães

O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	8
EXECUTIVE SUMMARY	10
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro.....	12
II. Resultados Fiscais.....	15
II.1 Resultado Orçamentário Total.....	15
II.2 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	16
II.3 Resultado Primário	17
III. Receita Estadual.....	19
III.1 Receitas Correntes	19
III.1.1 Receita Tributária	20
BOX 01 – EDUCAÇÃO FISCAL	22
III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico	24
III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties.....	26
III.1.3 Receita de Transferências.....	27
III.1.3.1. Transferências da União	27
III.1.4 Demais Receitas Correntes.....	29
III.2 Receitas de Capital.....	30
BOX 02 – PANORAMA ECONÔMICO DO ESTADO.	32
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro.....	34
IV.1 Análise Geral da Execução da Despesa.....	34
IV.2 - Acompanhamento das despesas vinculadas a índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.....	41
03 - BOX DA SECRETARIA ESTADUAL DE FAZENDA – SEFAZ	43
04 - BOX DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	45
V - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	48
V.1 Cota Financeira	48

V.2 Pagamento de PD's	49
V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro	50
V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos.....	51
V.4.1 Características de Consumo	52
V.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados	54
V.6 Requisições Judiciais de Pagamento Precatórios	54
V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública 56	
V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios	63

Apresentação

Este é o vigésimo terceiro número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o quinto referente ao exercício de 2011. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a Lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 11/11/2011.¹

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As três seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quarta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a quinta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.” Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

¹ Nesta edição do Boletim, assim como em todas a partir de 2009, não foram incluídos nas contas do Estado os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE, e da Imprensa Oficial do Estado (IO), pois essas empresas são não dependentes, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

RESUMO EXECUTIVO

No quinto bimestre de 2011, o Estado do Rio de Janeiro apresentou evolução favorável de suas receitas totais, tendo atingido montante 14,5% acima do observado no ano passado. No acumulado até Outubro, o crescimento foi de 10%. Com isso, as metas de arrecadação foram superadas em 3,3%, no mesmo período. As receitas correntes atingiram patamar 11,1% superior ao observado no período de Janeiro a Outubro de 2010, impulsionadas pelo expressivo crescimento das receitas tributárias (+13%), não obstante as Demais Receitas Correntes tenham sofrido queda de 14,3%; e as Receitas de Capital, de 3,7%.

Sobre as receitas correntes, os principais destaques foram o bom desempenho da arrecadação do ICMS (+10,2% no quinto bimestre e 13,3% no acumulado); das receitas patrimoniais (+5,2% no bimestre e 15% no acumulado); das transferências (+10,5% no acumulado), sobretudo FPE (+26,6%) e FUNDEB (+10,2%).

O aumento da receita de ICMS no quinto bimestre de 2011 é reflexo do crescimento da arrecadação em certos setores econômicos. Destacam-se os setores de Petróleo, Combustíveis e Gás Natural (+18,2%); Telecomunicações (+15,3); Energia Elétrica (+6,9%); Têxtil e Vestuário (+27,3%) e Produtos Farmacêuticos e Farmoquímicos (+17,2%).

A elevação nas receitas de capital, ocorrida no quinto bimestre do ano (+41,7%), contribuiu sobremaneira para reverter tendência negativa no acumulado do ano, amenizando tal conjuntura (-3,7%).

O resultado orçamentário do quinto bimestre de 2011 foi deficitário em R\$ 841,34 milhões, o que representa, entretanto, uma melhora de 20,4% em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. No acumulado, há queda de 10,3%, desempenho influenciado pelo Resultado Orçamentário do Rio Previdência, que utilizou saldo financeiro apurado no exercício anterior e aplicado neste exercício como despesa corrente (R\$ 688,26 milhões).

O resultado primário no acumulado do ano totalizou R\$ 3,295 bilhões, o que representa uma elevação de 21,8% em relação ao ano anterior.

Em relação às despesas, nos dois primeiros quadrimestres, a dotação inicial teve um incremento de R\$ 5,75 bilhões com abertura de créditos adicionais. Com isso o orçamento total alcança a cifra de R\$ 61,9 bilhões até o mês de outubro. Parte deste aumento é proveniente de excesso de arrecadação (+ R\$ 2.774) e a outra parte proveniente de superávit do exercício anterior (+ R\$ 1.871) e novos convênios, doações e operações de crédito (+ R\$ 1.106)

Com relação à execução orçamentária, já foram liquidados 70% do orçamento total. Diferentemente do bimestre passado a despesa com pessoal e as outras despesas correntes atingiram a meta de execução estabelecida no início do ano. Os investimentos e a despesa com juros, encargos da dívida e amortização apresentaram redução não atingindo a meta.

A análise dos índices constitucionais nos possibilita acompanhar a evolução ao longo deste ano. Nestes cinco bimestres foram aplicados 22,60% em educação e 11,53% em saúde, números estes próximos ao exigido pela constituição (25% e 12%). Se comparados ao mesmo período de 2010, na educação ocorreu uma redução de 6,25% e na saúde houve um acréscimo de 2,33%. Esta situação indica um descompasso entre a arrecadação e os gastos que no final do exercício será equalizado, cumprindo-se os limites estabelecidos.

Em relação à FAPERJ e ao FECAM os dados do bimestre mostram que os índices de aplicação situaram-se em 1,88% e 3,42% respectivamente, estando abaixo do exigido (2% e 5%). Já no FEHIS os dispêndios apresentaram uma queda frente ao aplicado no mesmo período ano anterior.

Neste bimestre destacamos nos boxes as despesas da Secretaria da Fazenda e da Assistência Social, para evidenciar as ações que o governo vem executando para desenvolver o Estado do Rio de Janeiro.

A Secretaria de Fazenda tem por objetivo desenvolver e implantar com excelência a política fiscal e por essa razão, ao longo tempo, vem crescendo seu quadro de pessoal, chegando neste ano a um patamar de 411 funcionários. Para trazer mais conforto ao contribuinte e centralizar suas atividades, a SEFAZ mudou-se para sua nova sede. Por conta desse aprimoramento, o dispêndio da SEFAZ até o momento montou R\$ 337,72 milhões. Merece destaque as ações voltadas para melhoria da transparência das contas públicas e agilidade dos serviços prestados. De acordo com o diagnóstico feito pelo Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas, o Portal da Transparência do ERJ é um dos mais acessados dentre os estados, sendo considerado referência para contribuintes e investidores de outros países.

Já no âmbito da Secretaria de Assistência Social, as ações que obtiveram a maior parte dos recursos foram o Serviço de Proteção de Atendimento Integrado à Família – PAIF e o Aluguel Social. A ação de Proteção de Atendimento Integrado à Família abrange ao Programa Renda Melhor e ao Programa Renda Melhor Jovem, que juntos até o momento receberam de recursos R\$ 24,97 milhões. No que diz respeito ao Aluguel Social, que tem por objetivo beneficiar famílias em áreas de riscos com novas unidades habitacionais, foram gastos R\$ 35,82 milhões.

EXECUTIVE SUMMARY

In the fifth two months of 2011, the State of Rio de Janeiro presented a favorable outcome of their total revenues, reaching 14.5% above the amount seen in years past. Accumulated until October, the growth was 10%. With this, the fundraising goals were exceeded by 3.3% over the same period. The current income level reached 11.1% higher than in the period from January to October 2010, driven by significant growth of tax revenues (+13%), despite the Other Current Revenues have been dropped by 14.3% and Capital Revenues 3.7%.

On current revenues, the main highlights were the good revenue performance of VAT (+10.2% in the fifth in two months and 13.3% cumulative), the capital revenues (+5.2% in the year and 15% in the accumulated), transfers (+10.5% accumulated), especially FPE (+26.6%) and FUNDEB (+10.2%).

The increase in GST revenue in the fifth two months of 2011 reflects the growth of revenue in certain economic sectors. Noteworthy are the sectors of Oil, Gas and Fuels (+18.2%), Telecommunications (+15.3), electricity (+6.9%), Textiles & Apparel (+27.3%) and Products pharmaceuticals and pharmaceutical chemicals (+17.2%).

The increase in capital revenue, which occurred on the fifth two months of the year (+41.7%), contributed greatly to reverse the negative trend in the year, easing this situation (-3.7%).

The result of the fifth budget two months of 2011 was a deficit of R \$ 841.34 million, which represents, however, an improvement of 20.4% over the same two months last year. The accumulated, there is a drop of 10.3%, influenced by the performance of Rio Security Budget Result, which used financial balance calculated in the previous year and applied in this exercise as current expenditure (U.S. \$ 688.26 million). The primary outcome for the year totaled U.S. \$ 3.295 billion, representing an increase of 21.8% over the previous year.

In relation to expenditure in the first two quarters, the initial budget had increased from R\$ 5.75 billion with the opening of additional credits. Due to this the total budget reached the figure of R\$ 61.9 billion until the month of October. Part of this increase comes from excess revenues (+R\$ 2.774) and the other part comes from the previous year surplus (+ R\$ 1.871) and new agreements, donative and credit operation (+R\$ 1.106).

About the execution, have already been executed 70% of the total budget. Differently previous two months, the expenditure on staff and other running costs reached target performance established at the beginning of the year. The investments and interest expense, taxes and amortization of debt reduction had not reaching the goal.

The analysis of the constitutional and legal indices enables us to monitor the progress this year. In these ten months were applied in education 22.60% and 11.53% in health. These numbers next to that required by the constitution (25% and 12%). Compared to the same period of 2010, education was a reduction of 6.25% and health rose by 2.33%. This indicates a mismatch between revenues and expenditures that ultimately will be equalized for the year, fulfilling the established limits.

About to this FECAM and FAPERJ in this last two months of application 1.88% and 3.42% respectively, being below the required (2% and 5%). In the FEHIS expenditures showed a decrease compared to that applied in the same period last year.

In this two months the boxes highlight the expenses of the Department of Finance and the expenditure with social assistance to highlight the actions that the government is doing to develop the State of Rio de Janeiro.

The Department of Finance aims to develop and deploy great way fiscal policy and for this reason that over time has shown an increasing in its workforce, this year reaching a level 411 employees. To bring comfort and a better centralize the activities SEFAZ moved to its new headquarters. Their activities have set an expenditure to date of R\$ 337.72 million. Noteworthy actions aimed at improving transparency of public accounts and speed of service. According to the diagnosis made by the Center for Fiscal Studies of the Getulio Vargas Foundation, the Transparency Portal ERJ is one of the most accessible among the states and is considered a reference to taxpayers and investors elsewhere.

Already within the Department of Social Welfare, the actions that got the most resources were Protective Services of Integrated Family and Social Rent. Action for the Protection of Integrated Family Income Program covers the Best and Best Youth Program Income, which together received to date resource R\$ 24.97 million. With regard to Social Rent, which aims to benefit families in areas of risks with new housing units have been spent R \$ 35.82 million. In addition, the state government has already provided up to R\$ 41.66 million in October to serve the population that is in hazardous areas.

I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais² de arrecadação para 2011 foram divulgadas pela Resolução SEFAZ nº 374/2011, publicada no mês de Fevereiro.

No quinto bimestre de 2011, a Receita Total realizada superou em 2,0% a meta estipulada para o período; no acumulado de Janeiro a Outubro, a meta foi superada em 3,3%. Ambos os resultados positivos são consequência da boa execução das Receitas Correntes, que ficaram 2,9% acima da meta projetada no bimestre e 8,3% no acumulado.

A Receita Tributária ficou bem próxima da meta estipulada. No acumulado do ano, esta receita apresenta excesso de arrecadação de R\$ 893,8 milhões (que equivale a um percentual de 3,4% acima da previsão inicial).

Pode-se destacar ainda que as Receitas Patrimoniais e o item Outras Receitas apresentaram desempenho acima do previsto. A primeira superou a meta em 25,3% no bimestre e em 44,2% no acumulado; a segunda teve aumento de 62,2% no bimestre e 11% no acumulado, revertendo a queda acumulada de 1,9% que havia no quarto bimestre.

As Receitas de Transferências Correntes apresentaram desempenho abaixo da meta bimestral e acumulada (–R\$ 62,29 milhões e –R\$ 237,51 milhões, respectivamente). Isso se deve, sobretudo, à queda, em comparação a 2010, na Receita de Transferências de Convênios, relativamente ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O não cumprimento da meta de Receitas de Transferências Correntes também é explicado, em parte, pela habilitação de mais cinco

Tabela 1

METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA 2011
(art 13º da LRF)

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET-OUT) 2011	RECEITA REALIZADA (SET-OUT) 2011	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN-OUT) 2011	RECEITA REALIZADA (JAN-OUT) 2011	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CORRENTES	7.185,89	7.394,86	102,9%	38.881,71	42.093,99	108,3%
TRIBUT.	5.227,06	5.218,73	99,8%	26.045,76	26.939,56	103,4%
CONTRIB.	194,69	188,78	97,0%	971,71	901,21	92,7%
PATRIM.	560,60	702,21	125,3%	5.661,10	8.164,62	144,2%
AGROPEC.	0,03	0,03	91,0%	0,14	0,12	82,9%
INDUST.	1,79	0,03	1,7%	8,92	0,20	2,2%
SERV.	51,24	59,50	116,1%	257,67	268,64	104,3%
TRANSF. CORR.	929,42	867,13	93,3%	4.842,94	4.605,43	95,1%
OUTRAS	221,04	358,44	162,2%	1.093,47	1.214,21	111,0%
REC. CAPITAL	860,61	810,97	94,2%	3.786,21	1.999,98	52,8%
OPER. CRÉDITO	602,25	650,29	108,0%	1.874,01	826,33	44,1%
ALIEN. BENS	87,00	2,35	2,7%	391,50	255,75	65,3%
AMORT. EMPRÉST.	27,67	36,76	132,8%	122,73	150,13	122,3%
TRANSF. CAP.	143,68	121,56	84,6%	1.397,98	767,78	54,9%
Total	8.046,49	8.205,82	102,0%	42.667,92	44.093,96	103,3%

A Receita Corrente superou a meta em 2,9% e 8,3% no bimestre e no acumulado, respectivamente, com destaque para as receitas Patrimonial (+R\$ 141,6 milhões) e Outras Receitas Correntes (+R\$ 137,4 milhões).

² As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intraorçamentárias.

municípios³, em 2011, na Gestão Plena de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). Para maior detalhamento, consultar a seção III.1.3.1 – Transferências da União.

As Receitas de Capital ficaram abaixo da meta em R\$ 49,64 milhões no bimestre e R\$ 1.786,23 milhões no acumulado. Esse resultado é fruto do atraso na contratação de algumas Operações de Crédito de maior volume e da frustração da receita de Transferências de Capital, o que está devidamente explicado na seção III.2 Receitas de Capital.

Repetindo a variação percentual registrada até o 4º bimestre, no período Jan-Out deste exercício, a despesa total realizada (R\$ 43,34 bilhões), incluindo o pagamento de Restos a Pagar inscritos em 2010, ficou 0,8% acima da meta estabelecida no Cronograma Mensal de Desembolso divulgado em fevereiro deste ano (Resolução SEFAZ nº 375),

Diferentemente do bimestre passado, a despesa com pessoal já supera a meta anteriormente estabelecida em virtude de benefícios salariais concedidos a servidores, bem como da admissão de pessoal concursado para diversas áreas. A título de exemplo, pode-se citar o pagamento de pessoal militar, com expressiva variação, quando comparado a igual período de 2010 (+ 93,8%). Cabe acrescentar que o gasto total do ano ficará bem abaixo do limite estabelecido na LRF.

As outras despesas correntes mantêm esse mesmo cenário: ultrapassaram a meta de desembolso prevista. Variáveis, como o excesso de arrecadação e até mesmo a incorporação de superávit financeiro, contribuem para alteração das metas iniciais estabelecidas.

A tendência do excesso de arrecadação de recursos do Tesouro permite a liberação de dotações antes contingenciadas, aumentando o poder de gasto dos órgãos.

³ Os municípios são: Cordeiro, Quissamã, Sapucaia, Silva Jardim e Três Rios.

Tabela 2

**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)*
ESTADO DO RIO DE JAN-OUT 2011**

Em R\$ milhões

GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXEC. 2011**	DESP. ORÇAM. REALIZADA JAN-OUT 2011***	RP 2010 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZ. JAN-OUT 2011	% REALIZ.
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	11.410	10.823	684	11.507	100,9%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.460	24.659	877	25.536	104,4%
INVEST /INVERSÕES	3.469	2.511	557	3.069	88,5%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZ.	3.661	3.231		3.231	88,3%
TOTAL	43.000	41.224	2.118	43.342	100,8%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial/ Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 375

***Fonte: SIG em 08/11/2011

Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2010.

Os Investimentos e Inversões Financeiras decresceram 7,6% neste bimestre por conta da desaceleração da realização de alguns investimentos, basicamente os financiados com recursos de convênios. Pode-se acrescentar ainda o fraco desempenho de alguns projetos que seriam executados com operações de crédito cujo processo de contratação não foi finalizado.

II. Resultados Fiscais⁴

Tabela 3

II.1 Resultado Orçamentário Total

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (COM O RIOPREVIDÊNCIA)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2010	2011		2010	2011	
I. RECEITA TOTAL (A)	7.494,66	8.583,68	14,5%	41.467,05	45.602,03	10,0%
I.1 RECEITA CORRENTE	6.647,84	7.394,86	11,2%	37.882,89	42.093,99	11,1%
I.1.1 Tributária	4.703,42	5.218,73	11,0%	23.832,87	26.939,56	13,0%
I.1.2 Patrimonial	667,27	702,21	5,2%	7.100,00	8.164,62	15,0%
I.1.3 Transferências	834,07	867,13	4,0%	4.169,19	4.605,43	10,5%
I.1.4 Demais Correntes	443,09	606,79	36,9%	2.780,83	2.384,37	-14,3%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	572,13	810,97	41,7%	2.077,58	1.999,98	-3,7%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	274,69	377,86	37,6%	1.506,58	1.508,07	0,1%
II. DESPESA TOTAL (B)	8.551,40	9.425,02	10,2%	39.976,61	44.264,58	10,7%
II.1 DESPESA CORRENTE	6.948,23	7.964,91	14,6%	33.916,08	38.235,19	12,7%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	3.466,92	3.849,57	11,1%	16.136,83	18.163,31	12,6%
II.1.2 Demais Correntes	3.068,52	3.674,87	19,8%	15.835,78	17.999,80	13,7%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	413,78	440,47	6,4%	1.943,47	2.072,08	6,6%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.314,38	1.055,29	-19,7%	4.528,13	4.312,47	-4,8%
II.2.1 Invest.	945,92	711,50	-24,8%	3.419,88	2.794,22	-18,3%
II.2.1.1 Obras e Instalações	772,00	532,03	-31,1%	2.115,29	1.805,58	-14,6%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	6,95	2,12	-69,49%	486,30	24,79	-94,9%
II.2.1.3 Demais Investimentos	166,97	177,35	6,2%	818,30	963,85	17,8%
II.2.2 Inv. Financ.	71,80	25,42	-64,6%	106,56	166,64	56,4%
II.2.3 Amort. Dívida	296,66	318,37	7,3%	1.001,69	1.351,60	34,9%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	288,79	404,83	40,2%	1.532,41	1.716,92	12,0%
RES. ORÇAM. (A-B)	-1.056,74	-841,34	20,4%	1.490,44	1.337,46	-10,3%

O Resultado Orçamentário do quinto bimestre de 2011 foi deficitário em R\$ 841,34 milhões, o que representa, entretanto, uma melhora de 20,4% em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. Tal acréscimo se deve ao bom desempenho das Receitas Tributárias (+R\$ 515,31 milhões) e Receitas de Capital (+R\$ 238,84 milhões). No acumulado de Janeiro a Outubro, o Resultado Orçamentário atingiu R\$ 1.337,46 milhões, o que implica queda de 10,3% em relação a 2010.

O desempenho negativo é influenciado pelo Resultado Orçamentário do Rio Previdência, que foi deficitário em R\$ 688,26 milhões no bimestre. Esse déficit é decorrente da utilização de parte do saldo financeiro do Rio Previdência apurado no exercício anterior e aplicado neste exercício como despesa corrente. Além disso, é importante registrar que houve um aumento nas despesas do fundo decorrentes do aumento para a segurança e educação entre outros.

– **Receita Total:** O incremento de R\$ 4.134,98 milhões em comparação ao ano passado (+10,0%), no acumulado, deve-se, sobretudo, ao aumento da Receita Tributária (+13,0%), Patrimonial (+15,0%) e de Transferências (+10,5%), o que será detalhado nas seções III.1.1, III.1.2 e III.1.3. No bimestre, houve aumento de R\$ 1.089,02 milhões por conta do bom desempenho das Receitas Tributária (+11,0%) e de Capital (+41,7%).

– **Despesa Total:** Apresentou crescimento de 10,2% (+R\$ 873,62 milhões) no bimestre e 10,7% (+R\$ 4.287,96) no acumulado. Isso se deve ao comportamento das Despesas com Pessoal, que aumentaram 11,1% no bimestre e 12,6% no acumulado, e da rubrica Demais

O incremento na Receita Total de R\$ 4.134,98 milhões em comparação ao ano passado (+10,0%), no acumulado, deve-se, sobretudo, ao aumento da Receita Tributária (+13,0%), Patrimonial (+15,0%) e de Transferências (+10,5%).

⁴ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em Janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

Despesas Correntes, que cresceu 19,8% no bimestre e 13,7% no acumulado. O acréscimo nas Despesas de Pessoal é consequência das políticas de renovação dos quadros, via concursos e de concessão de reajustes salariais adotadas para diversas categorias a partir de Junho de 2010, principalmente nas áreas de segurança e educação.

Quanto às Despesas de Capital, houve um decréscimo de 19,7% no bimestre (-R\$ 259,10 milhões) e de 4,8% no acumulado (-R\$ 215,66 milhões), em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado é reflexo da redução, no acumulado, de 94,9% na conta de Indenizações e Restituições. Essa redução é explicada pela base inflada de 2010, quando houve o ressarcimento ao Banco do Brasil da cessão de direitos de Participação Especial do campo de Marlim no valor de R\$ 460,5 milhões. Quando se expurga esse efeito, o Investimento, que teve uma queda de 18,3%, teria um decréscimo de apenas 5,6%. A Despesa de Capital, por sua vez, teria elevação de 6%.

Por outro lado, a despesa de Amortização da Dívida cresceu R\$ 21,7 milhões no bimestre e R\$ 349,91 milhões no acumulado, o que representa um aumento de 7,3% e 34,9% respectivamente (mais detalhes na seção IV.I).

II.2 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Desconsiderando receitas e despesas do RIOPREVIDÊNCIA, o Resultado Orçamentário do quinto bimestre de 2011 foi deficitário em R\$ 153,09 milhões, apresentando, entretanto, uma melhora de 31,1% em relação ao mesmo período do ano passado.

No acumulado, por sua vez, o resultado atingiu R\$ 1.238,29 milhões, com queda de 40,5% relativamente a 2010. Em comparação ao mesmo período do ano passado, houve um crescimento da Receita Total de R\$ 2.324,72 milhões, enquanto a Despesa Total cresceu R\$ 3.166,47. Esse diferencial é explicado pelo atraso no

Tabela 4

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	R\$ milhões					
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	6.574,41	7.583,72	15,4%	35.344,93	37.669,66	6,6%
I.1 RECEITA CORRENTE	5.972,26	6.702,82	12,2%	33.053,02	35.740,73	8,1%
I.1.1 Tributária	4.703,42	5.218,73	11,0%	23.832,87	26.939,56	13,0%
I.1.2 Patrimonial	163,89	201,03	22,7%	3.126,25	2.718,15	-13,1%
I.1.3 Transferências	834,07	867,13	4,0%	4.169,19	4.605,43	10,5%
I.1.4 Demais Correntes	270,89	415,93	53,5%	1.924,70	1.477,59	-23,2%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	557,39	771,98	38,5%	2.002,40	1.600,52	-20,1%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	44,75	108,92	143,4%	289,51	328,40	13,4%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	7.066,922	7.736,81	9,5%	33.264,9	36.431,4	9,5%
II.1 DESPESA CORRENTE	5.467,96	6.279,67	14,8%	27.220,08	30.410,55	11,7%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	3.458,26	3.841,61	11,1%	16.085,96	18.124,12	12,7%
II.1.2 Demais Correntes	1.595,92	1.997,60	25,2%	9.190,66	10.214,35	11,1%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	413,78	440,47	6,4%	1.943,47	2.072,08	6,6%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.312,49	1.052,97	-19,8%	4.515,28	4.307,14	-4,6%
II.2.1 Invest.	944,03	709,18	-24,9%	3.407,04	2.788,89	-18,1%
II.2.1.1 Obras e Instalações	770,19	529,78	-31,2%	2.102,88	1.800,44	-14,4%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	6,95	2,12	-69,49%	486,30	24,79	-94,9%
II.2.1.3 Demais Investimentos	166,89	177,28	6,2%	817,86	963,66	17,8%
II.2.2 Inv. Financ.	71,80	25,42	-64,6%	106,56	166,64	56,4%
II.2.3 Amort. Dívida	296,66	318,37	7,3%	1.001,69	1.351,60	34,9%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	296,47	404,17	41,1%	1.529,53	1.713,68	12,0%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-492,52	-153,09	31,1%	2.080,04	1.238,29	-40,5%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	920,25	999,96	8,7%	6.122,12	7.932,37	29,6%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.484,48	1.688,22	13,7%	6.711,71	7.833,21	16,7%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	-564,23	-688,26	-22,0%	-589,60	99,16	116,8%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	-1.056,74	-841,34	20,4%	1.490,44	1.337,46	-10,3%

cronograma do processo de alienação do BERJ e da venda da folha de pagamento do Estado para o Bradesco.

O Resultado Orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA no quinto bimestre apresentou decréscimo de 22,0% em relação ao mesmo período do ano passado. No acumulado, houve variação positiva de 116,8% (+R\$ 688,75 milhões). Isto se deve ao fato de que a parte mais significativa de suas receitas, oriunda dos *royalties* do petróleo, passou a ser repassada integralmente ao Fundo, o que não ocorreu no primeiro semestre, quando foi usada para pagamento de indenização à União (movimento que acontece em todos os anos). Observa-se ainda que houve aumento das receitas provenientes do Petróleo (+24,4% no bimestre), detalhadas no item III.1.2.

Além disso, houve a antecipação das receitas de CFT, destinadas ao RIOPREVIDÊNCIA. O fluxo dessas receitas foi programado originalmente para ser decrescente e encerrado em 2014, com receita zerada. Entretanto, houve negociação para mudança deste fluxo, adiantando-se parte da receita para 2011, com seu fim já em 2012. Desta forma, a receita a ser verificada em 2011 será maior que a de 2010.

O Resultado Orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA cresceu 22% no bimestre e 116,8% no acumulado. A melhora deve-se ao aumento das receitas provenientes do Petróleo (+24,4% no bimestre) e a antecipação das receitas de CFT.

II.3 Resultado Primário⁵

O Resultado Primário total (incluído o RIOPREVIDÊNCIA) alcançou no quinto bimestre de 2011 o montante de -R\$ 848,93 milhões, com queda de 28,8% em relação ao mesmo período do ano passado, visto que no bimestre houve um crescimento das Despesas Primárias em maior proporção que as Receitas Primárias, com variação percentual de 10,3% e 8,5% respectivamente. No acumulado, o resultado foi de R\$ 3.295,00 milhões, com alta de 21,8%. Isso reflete um aumento substancial da Receita Primária no acumulado (+11,1%), levando-se em conta que no ano anterior ocorreram diversas receitas

Tabela 5

RESULTADO PRIMÁRIO - COM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECEITAS TOTAL	7.494,66	8.583,68	14,5%	41.467,05	45.602,03	10,0%
RECEITAS FINANCEIRAS	393,64	800,64	103,4%	1.846,61	1.762,06	-4,6%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	274,69	377,86	37,6%	1.506,58	1.508,07	0,1%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	6.826,33	7.405,18	8,5%	38.113,86	42.331,90	11,1%
DESPESAS TOTAL	8.551,40	9.425,02	10,2%	39.976,61	44.264,58	10,7%
DESPESAS FINANCEIRAS	777,42	766,08	-1,5%	3.036,41	3.510,75	15,6%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	288,79	404,83	40,2%	1.532,41	1.716,92	12,0%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	7.485,19	8.254,12	10,3%	35.407,80	39.036,90	10,2%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	-658,86	-848,93	-28,8%	2.706,06	3.295,00	21,8%

⁵ O resultado primário aqui, diferentemente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

extraordinárias. Expurgando o efeito do REFIS ocorrido no ano anterior, o Resultado Primário teria crescido 56,5% em 2011.

Já o Resultado Primário do 5º bimestre, descontado o resultado do RIOPREVIDÊNCIA, atingiu o montante de R\$ 174,13 milhões (+9,8%). No acumulado o crescimento foi de 4,7% (+R\$ 217,77 milhões) em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O Déficit Primário do RIOPREVIDÊNCIA aumentou 25,2% (-R\$ 205,60 milhões) no bimestre em comparação ao mesmo período de 2010. No acumulado, entretanto, houve redução do déficit em R\$ 371,17 milhões (+19,2%).

A Tabela 7 apresenta o Resultado Primário sem levar em conta as receitas e despesas intraorçamentárias. De acordo com as disposições da LRF, o Resultado Primário é calculado por meio de método que negligencia os valores dessas rubricas. Quando se leva em conta todo o estado, a receita intra é muito mais baixa que a despesa intra. Neste caso, gera um Resultado Primário muito mais alto do que realmente ocorreu. Adicionalmente, o Resultado Primário do RIOPREVIDÊNCIA é prejudicado pelo mesmo motivo, mas, neste caso, a receita intraorçamentária foi muito mais alta do que a despesa. Com essas alterações, o Resultado Primário do RIOPREVIDÊNCIA foi deficitário em R\$ 380,96 milhões no acumulado de Janeiro a Outubro, e o Primário desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA foi positivo em R\$ 3.467,11 milhões no mesmo período.

Tabela 6

RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	RECEITAS TOTAL	6.574,41		7.583,72	15,4%	
RECEITAS FINANCEIRAS	368,02	734,11	99,5%	1.721,84	1.281,93	-25,5%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	44,75	108,92	143,4%	289,51	328,40	13,4%
RECEITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	6.161,63	6.740,69	9,4%	33.333,58	36.059,33	8,2%
DESPESAS TOTAL	7.066,92	7.736,81	9,5%	33.264,90	36.431,37	9,5%
DESPESAS FINANCEIRAS	777,42	766,08	-1,5%	3.036,41	3.510,75	15,6%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	286,47	404,17	41,1%	1.529,53	1.713,68	12,0%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	6.003,03	6.566,56	9,4%	28.698,96	31.206,94	8,7%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	158,60	174,13	9,8%	4.634,62	4.852,39	4,7%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-817,46	-1.023,06	-25,2%	-1.928,56	-1.557,39	19,2%

Tabela 7

RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA E SEM RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	RECEITAS TOTAL	6.574,41		7.583,72	15,4%	
RECEITAS FINANCEIRAS	368,02	734,11	99,5%	1.721,84	1.281,93	-25,5%
RECEITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	6.206,38	6.849,61	10,4%	33.623,10	36.387,73	8,2%
DESPESAS TOTAL	7.066,92	7.736,81	9,5%	33.264,90	36.431,37	9,5%
DESPESAS FINANCEIRAS	777,42	766,08	-1,5%	3.036,41	3.510,75	15,6%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	6.289,50	6.970,73	10,8%	30.228,49	32.920,62	8,9%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-83,12	-121,12	-45,7%	3.394,61	3.467,11	2,1%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-589,85	-754,78	-28,0%	-714,37	-380,96	46,7%

III. Receita Estadual⁶

As receitas estaduais totalizaram, no quinto bimestre de 2011, R\$ 8.205,82 milhões – acréscimo de R\$ 985,85 milhões em relação ao arrecadado no mesmo período de 2010 (+13,7%). No acumulado até Outubro, este montante foi de R\$ 44.093,99 milhões, o que representa um crescimento de 10,3% em comparação com o mesmo período do ano passado (+R\$ 4.133,49 milhões).

No caso da execução bimestral, o resultado positivo é reflexo especialmente da Receita Corrente (+R\$ 747,01 milhões), com destaque para a Receita Tributária (+R\$ 515,31 milhões) e Outras Receitas Correntes (+R\$ 135,56 milhões). As Receitas de Capital também apresentaram um aumento significativo: 41,7% (+R\$ 238,84 milhões). Devido ao fraco desempenho das Receitas de Capital nos três primeiros bimestres do ano, esta conta ainda apresenta saldo acumulado negativo de 3,7%. As próximas seções apresentarão mais detalhes sobre as categorias de receita.

Ressalte-se que o valor negativo da Receita Industrial no quinto bimestre de 2010 se deve a uma reclassificação da receita⁷.

III.1 Receitas Correntes

A Receita Tributária foi a principal responsável por elevar em 11,2% o total das Receitas Correntes⁸ em comparação ao mesmo bimestre do ano passado (+R\$ 747,01 milhões). O crescimento acumulado equivaleu a um montante de +R\$ 4.211,09 milhões, desempenho superior em 11,1% ao exercício anterior.

Tabela 8

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		var %
	2010	2011		2010	2011	
TRIBUTÁRIA	4.703,42	5.218,73	11,0%	23.832,87	26.939,56	13,0%
CONTRIBUIÇÕES	162,76	188,78	16,0%	792,45	901,21	13,7%
PATRIMONIAL	667,27	702,21	5,2%	7.100,00	8.164,62	15,0%
AGROPECUÁRIA	0,02	0,03	30,8%	0,14	0,12	-15,4%
INDUSTRIAL	-2,36	0,03	-101,3%	0,19	0,20	1,3%
DE SERVIÇOS	59,78	59,50	-0,5%	275,47	268,64	-2,5%
TRANSF. CORR.	834,07	867,13	4,0%	4.169,19	4.605,43	10,5%
OUTRAS CORR.	222,89	358,44	60,8%	1.712,57	1.214,21	-29,1%
REC. CORR.	6.647,84	7.394,86	11,2%	37.882,89	42.093,99	11,1%
REC. CAPITAL	572,13	810,97	41,7%	2.077,58	1.999,98	-3,7%
Total	7.219,97	8.205,82	13,7%	39.960,47	44.093,96	10,3%

A receita oriunda de tributos arrecadada no quinto bimestre de 2011 teve crescimento de 11,0% em comparação ao mesmo período de 2010, atingindo o total de R\$ 5.218,73 milhões. No acumulado até Outubro, houve crescimento de 13,0%.

⁶ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

⁷ Ver III.1.4 da edição do 5º bimestre de 2010.

⁸ Receitas correntes são aquelas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Definição explicitada no Glossário Orçamentário do Tesouro Nacional: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_r.asp

A rubrica Outras Receitas Correntes cresceu 60,8% na comparação entre os períodos (+R\$ 135,56 milhões). Apesar do bom desempenho no bimestre, ainda apresenta um saldo acumulado negativo (-29,1%, queda de R\$ 498,36 milhões). Este resultado já era esperado, dada a base de comparação inflada em 2010, por conta do REFIS estadual, que, no ano passado, permitiu o pagamento à vista ou parcelado dos débitos tributários em atraso. Dessa forma, extraindo-se, de 2010, R\$ 600 milhões da rubrica Outras Receitas Correntes, por conta do REFIS, haveria um aumento de 9,1%.

As Receitas de Contribuições e Transferências Correntes cresceram 16,0% (+R\$ 26,02 milhões) e 4,0% (+R\$ 33,06 milhões) respectivamente.

III.1.1 Receita Tributária

A receita oriunda de tributos arrecadada no quinto bimestre de 2011 teve crescimento de 11,0% (+R\$ 515,31 milhões) em comparação ao mesmo período de 2010, atingindo o total de R\$ 5.218,73 milhões. No acumulado até Outubro, houve crescimento de 13,0% (+R\$ 3.106,69 milhões). Estes resultados positivos correspondem, sobretudo, ao incremento de R\$ 385,33 milhões de ICMS (+10,2%) no bimestre, que apresentou execução acumulada até Outubro de R\$ 20.426,28 milhões, com aumento de 13,3%. Mais detalhes acerca deste tributo serão abordados na próxima seção (III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico).

– **Imposto de Renda (IRRF):** Crescimento de 17,2% (+R\$ 189,78 milhões) no acumulado até Outubro, por conta da combinação dos seguintes fatores: maior regularidade dos repasses do RIOPREVIDÊNCIA em 2011, reajustes salariais para as diversas categorias a partir de Junho de 2010, além de aumento do quadro de pessoal.

– **Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA):** No quinto bimestre de 2011, alcançou o total de R\$ 75,31 milhões arrecadados. Já no acumulado, houve um crescimento de 10,5% (+R\$ 141,13 milhões). Este resultado é consequência do crescimento

A execução da receita no quinto bimestre de 2011 atingiu o montante de R\$ 8.205,82 milhões, acréscimo de R\$ 985.84 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 9

RECEITA TRIBUTÁRIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.703,42	5.218,73	11,0%	23.832,87	26.939,56	13,0%
ICMS	3.794,95	4.180,27	10,2%	18.023,14	20.426,28	13,3%
Adicional do ICMS	384,14	416,28	8,4%	1.861,84	2.072,84	11,3%
IRRF	208,51	277,71	33,2%	1.101,09	1.290,87	17,2%
IPVA	75,33	75,31	0,0%	1.340,82	1.481,95	10,5%
ITD e ITBI	64,95	67,80	4,4%	358,71	324,55	-9,5%
Taxas	175,56	201,36	14,7%	1.147,26	1.343,07	17,1%

O ICMS cresceu +10,2% no bimestre, incremento de R\$ 385,33 milhões, no acumulado até Outubro de + 13,3% totalizando R\$ 20.426,28 milhões.

da frota de veículos, que, apresentou crescimento de 7,0% nos últimos 12 meses (350 mil veículos a mais na frota)⁹. Além disso, o índice de inadimplência do imposto está em queda devido aos esforços de fiscalização do Estado, com as Blitzes do DETRAN, DETRO e da Lei Seca.

– **Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):** Com aumento de R\$ 2,85 milhões (4,4%), este imposto teve receita de R\$ 67,8 milhões no bimestre. Entretanto, no acumulado, houve uma queda de 9,5% (-R\$ 34,16 milhões). O desempenho do tributo no acumulado é consequência da elevada base de comparação em 2010, o que já foi mencionado anteriormente. O Programa de Refinanciamento de Dívidas (REFIS) inflou a receita daquele ano.

– **Taxas:** A Receita de Taxas cresceu no acumulado 17,1% em relação a 2010, o que equivale a um acréscimo de R\$ 195,81 milhões. Na análise bimestral, cresceu 14,7% (+R\$ 25,8 milhões) na comparação entre os períodos. A maior parte deste incremento é proveniente da receita das taxas de controle e fiscalização e prestação de serviços de trânsito, ambas do DETRAN, que, somadas, tiveram aumento de R\$ 14,28 milhões no bimestre e R\$ 124,56 milhões no acumulado.

O resultado do IPVA no acumulado é consequência do crescimento da frota de veículos, que aumentou 7,0% nos últimos 12 meses, o que representou um aumento de 350 mil veículos na frota.

A Receita de Taxas cresceu 17,1% no acumulado, principalmente por conta do aumento das receitas provenientes do DETRAN, que, somadas, tiveram aumento de R\$ 14,28 milhões no bimestre e R\$ 124,56 milhões no acumulado.

⁹ Fonte: www.detran.rj.gov.br

BOX 01 – EDUCAÇÃO FISCAL.

A Educação Fiscal visa aprimorar a cidadania, e fornecer à população conhecimento sobre a função social dos tributos, a gestão democrática dos recursos públicos, e, de forma mais ampla, a relação entre Estado e sociedade. É um processo que busca conscientizar o cidadão de seus direitos e deveres em matéria tributária, e do papel que os tributos desempenham no contexto social, retornando à população na forma de serviços públicos ofertados. A Educação Fiscal não trata apenas da importância de que o cidadão, enquanto contribuinte, pague imposto, e, enquanto consumidor, exija documento fiscal. Os projetos e ações nesse âmbito também têm como objetivo incentivar a população a controlar a aplicação de recursos públicos pelo Estado.

O Portal de Educação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro¹⁰ é um veículo para que os cidadãos interessados em atuar de forma mais participativa e em fazer denúncias de sonegação fiscal encontrem informações sobre como proceder. O site fornece também informações sobre os programas e projetos de Educação Fiscal desenvolvidos no Estado do Rio de Janeiro, como o Encontro para Formação de Jovens Multiplicadores, além de cursos e palestras. Educadores também encontram no site material didático e cadernos pedagógicos que podem ser usados em sala de aula. O sítio disponibiliza ainda notícias veiculadas na mídia e artigos sobre o tema, ouvidoria, indicadores, estatísticas e legislação pertinente. O Portal vem recebendo boa aceitação por parte da sociedade, com 24.230 acessos de janeiro a novembro de 2011.

Quantidade de acessos ao Portal de Educação Fiscal

SITE EDUCAÇÃO FISCAL			
ACESSOS/2011			
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE
JAN	1.997	JUL	1.322
FEV	2.176	AGO	2.613
MAR	3.119	SET	2.751
ABR	1.998	OUT	1.382
MAI	2.933	NOV	1.692
JUN	2.247	DEZ*	-
TOTAL			24.230

Fonte: Escola Fazendária do Estado do Rio de Janeiro. *O total de acessos no mês de dezembro ainda não foi contabilizado.

Um dos projetos desenvolvidos no Estado do Rio de Janeiro com o âmbito de sensibilizar a população para a

¹⁰ Sítio: <http://www.fazenda.rj.gov.br/portal/instituicao/educacaofiscal.portal>

importância da Educação Fiscal é o Curso à Distância de Disseminadores de Educação Fiscal, coordenado pela Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (SEFAZ-RJ), em parceria com a Escola de Administração Fazendária (ESAF). O curso busca educar cidadãos dos mais diversos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, para que eles possam levar os conhecimentos adquiridos a suas comunidades, atuando como disseminadores de Educação Fiscal.

Capacitação de disseminadores/multiplicadores no Estado do Rio de Janeiro

ANO	SERVIDORES PÚBLICOS							TOTAL SERVIDOR	SOCIEDA DE	TOTAL
	FEDERAL		ESTADUAL			MUNICIPAL				
	RFB	OUTROS	SEFAZ	SEEDUC	OUTROS	SEMED	OUTROS			
2001				706				706		706
2002				345				345		345
2004	8		10	87				105	5	200
2005	21	8	43	331	10	32	2	447	19	466
2006	38	5	16	161	9	52	18	299	46	345
2007	41	7	8	309	46	133	12	556	46	602
2008	45	6	3	119	8	114	26	321	75	396
2009	12	2		79	2	39	41	175	238	413
2010	2	2	4	53	29	102	53	245	94	339
2011	2	8	11	11	42	30	8	112	42	154
TOTAL	169	38	95	2.201	146	502	160	3.311	565	3.966

Fonte: Escola Fazendária do Estado do Rio de Janeiro.

De 2004 a 2011, 3.966 pessoas, espalhadas por 91 Municípios do Estado do Rio de Janeiro, participaram do curso, entre as quais 2.442 servidores estaduais, 662 servidores municipais, 207 servidores federais e 565 membros da comunidade. No total, encontram-se 2.201 educadores da rede estadual e 502 educadores da rede municipal¹¹. Eles recebem orientação sobre como levar à sala de aula os conhecimentos adquiridos no curso.

A Educação Fiscal propaga a ideia de que o cidadão deve adotar uma postura fiscalizadora diante das empresas e profissionais autônomos, para assegurar o ingresso de recursos aos cofres públicos, e diante dos agentes estatais, para garantir que esses recursos sejam aplicados na promoção do bem-estar social. Trata-se de um processo amplo que busca aproximar os cidadãos e o Estado, e consolidar a noção de que o patrimônio público pertence a todos.

¹¹ Fonte: Escola Fazendária do Estado do Rio de Janeiro.

III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Sobre a distribuição setorial da arrecadação do ICMS, os cinco setores produtivos com maior participação no bimestre SET-OUT de 2011 equivalem a 54,80% do total arrecadado. São eles: Petróleo, Combustíveis e Gás Natural; Telecomunicações; Energia Elétrica; Mercado, Lojas e Magazines; e Metalurgia e Siderúrgica. A seguir, é apresentada análise de alguns setores econômicos.

– **Petróleo, Combustíveis e Gás Natural:** Com crescimento de 18,2% (+R\$ 509,62 milhões) em 2011, esse setor tem participação de 16,02% na arrecadação, o que está devidamente explicado na seção III.1.2 – Receita Patrimonial e Royalties.

– **Têxtil e Vestuário:** Todas as variações percentuais anuais acumuladas foram positivas em relação ao ano anterior. A média de arrecadação continua subindo. No início do ano, registrava R\$ 70,6 milhões, contra R\$ 77,1 milhões de Fevereiro a Outubro. Até Setembro estava em R\$ 76,2 milhões, crescendo pouco de um mês para o outro. Em Outubro de 2010, a arrecadação média era de R\$ 62,8 milhões, e, no início do mesmo ano, R\$ 51,2 milhões. O aumento na arrecadação geral do grupo se deve, principalmente, à preparação dos setores envolvidos no atendimento das demandas do mercado nas estações outono/inverno.

– **Construção Civil:** Engloba obras como casas, edifícios, pontes, barragens, fundações, estradas, aeroportos e outras infraestruturas. A indústria de cimento é a base de toda a cadeia da construção. A média de arrecadação subiu um pouco. Em compensação houve queda de 3,3% em Outubro, após outra baixa de 8,5% em Setembro. Houve também perda de R\$ 2,6 milhões na indústria de cimento e comércio atacadista de tintas. Porém, em relação ao mesmo período do ano anterior, o setor obteve variação positiva, em 2011, no acumulado JAN-OUT. O grupo construção civil, em alguns segmentos, principalmente no setor industrial, obteve benefícios

Tabela 10

EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ARRECADÇÃO DE ICMS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	part % 2011	var % 11/10	Contrib. para Cresc.
Energia elétrica	12,61%	12,2%	14,89%
Petróleo, combustíveis e gás natural	14,58%	10,1%	14,56%
Telecomunicações	14,75%	8,5%	12,57%
Transportes gerais e armazenagem	2,34%	36,8%	6,82%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	3,97%	17,1%	6,29%
Química e petroquímica	3,49%	16,7%	5,41%
Construção civil	3,71%	15,5%	5,39%
Comunicação e informação	1,77%	38,5%	5,34%
Têxtil e vestuário	3,82%	11,8%	4,36%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	3,08%	14,1%	4,13%
Máquinas e equipamentos em geral	1,41%	34,8%	3,94%
Alimentação	4,35%	8,2%	3,59%
Bebidas	4,96%	5,6%	2,86%
Madeira, papel e fumo	2,75%	7,7%	2,14%
Veículos automotores	3,69%	5,4%	2,04%
Móveis e utensílios	1,04%	17,6%	1,69%
Outras atividades econômicas	1,53%	11,2%	1,67%
Mercados, lojas e magazines	6,43%	2,3%	1,59%
Informática e óptico	0,64%	8,8%	0,56%
Metalurgia e siderurgia	5,27%	1,0%	0,55%
Editorial, gráfica e publicidade	0,41%	13,8%	0,54%
Eletroeletrônicos	1,86%	2,1%	0,41%
Médico-hospitalar e odontologia	0,76%	2,0%	0,16%
Borracha e plástico	0,80%	-14,7%	-1,50%
Total das atividades econômicas	100,0%	10,2%	100,00%

fiscais, o que explica a mencionada queda na arrecadação do imposto neste setor. A construção civil foi beneficiada com reduções de impostos federais, como o IPI, por exemplo. Tal imposto afeta a base de cálculo do ICMS e diminui o volume da arrecadação.

– **Metalurgia e Siderurgia:** Neste setor, a média de arrecadação continua subindo. No início do ano, registrava R\$ 85,6 milhões, contra R\$ 97,9 milhões de Fevereiro a Outubro. Até Setembro, estava em R\$ 98,7 milhões. Em Outubro de 2010, a arrecadação média era de R\$ 93,3 milhões, e, no início daquele ano, R\$ 72,5 milhões. Em 2010, ocorreram vários pagamentos de autos de infração. Este fato não se repetiu em 2011 na mesma proporção.

Tabela 11
**ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2010/2011**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		part % 2011	var % 10/11	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		part % 2011	var % 11/10
	2010	2011			2010	2011		
	Petróleo, combustíveis e gás natural	553,35			609,46	14,6%		
Telecomunicações	568,27	616,72	14,8%	8,5%	2.713,58	3.128,38	15,3%	15,3%
Energia elétrica	469,96	527,34	12,6%	12,2%	2.475,23	2.646,89	13,0%	6,9%
Mercados, lojas e magazines	262,57	268,68	6,4%	2,3%	1.161,93	1.285,26	6,3%	10,6%
Bebidas	196,34	207,37	5,0%	5,6%	939,54	1.007,77	4,9%	7,3%
Metalurgia e siderurgia	218,38	220,48	5,3%	1,0%	880,09	945,84	4,6%	7,5%
Alimentação	167,90	181,73	4,3%	8,2%	806,55	893,63	4,4%	10,8%
Têxtil e vestuário	142,80	159,61	3,8%	11,8%	649,70	826,94	4,0%	27,3%
Veículos automotores	146,37	154,22	3,7%	5,4%	727,86	787,41	3,9%	8,2%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	141,63	165,88	4,0%	17,1%	655,29	767,70	3,8%	17,2%
Construção civil	134,16	154,95	3,7%	15,5%	548,91	743,78	3,6%	35,5%
Química e petroquímica	124,90	145,76	3,5%	16,7%	593,17	613,04	3,0%	3,3%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	112,88	128,79	3,1%	14,1%	498,73	568,36	2,8%	14,0%
Madeira, papel e fumo	106,56	114,80	2,7%	7,7%	499,33	549,17	2,7%	9,98%
Transportes gerais e armazenagem	71,37	97,64	2,3%	36,8%	417,16	404,79	2,0%	-3,0%
Eletroeletrônicos	76,19	77,76	1,9%	2,1%	337,53	372,71	1,8%	10,4%
Comunicação e informação	53,43	74,00	1,8%	38,5%	245,24	322,06	1,6%	31,3%
Outras atividades econômicas	57,39	63,84	1,5%	11,2%	200,00	304,50	1,5%	52,2%
Máquinas e equipamentos em geral	43,66	58,86	1,4%	34,8%	186,75	234,33	1,1%	25,5%
Móveis e utensílios	36,92	43,42	1,0%	17,6%	154,65	199,51	1,0%	29,0%
Borracha e plástico	39,36	33,56	0,8%	-14,7%	177,40	152,02	0,7%	-14,3%
Médico-hospitalar e odontologia	31,00	31,61	0,8%	2,0%	148,29	147,56	0,7%	-0,5%
Informática e óptico	24,59	26,76	0,6%	8,8%	116,24	126,47	0,6%	8,8%
Editorial, gráfica e publicidade	14,97	17,03	0,4%	13,8%	82,81	81,40	0,4%	-1,7%
Total das atividades econômicas	3.794,95	4.180,27	100,0%	10,2%	18.023,14	20.426,28	100,0%	13,3%

III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial arrecadada no bimestre atingiu a marca de R\$ 702,21 milhões, o que implica crescimento de 5,2% (+ R\$ 34,94 milhões) em comparação ao mesmo período do ano anterior. A alta é explicada pelo aumento das receitas provenientes do Petróleo (+ R\$ 82,19 milhões), principalmente nos *Royalties* (+ R\$ 84,37 milhões), além das Aplicações Financeiras (+ R\$ 16,32 milhões), que juntos compensaram a queda de 38,1% (- R\$ 83,93 milhões) nas receitas de CFT. No acumulado, houve aumento de 15,0% (+R\$ 1.064,62 milhões), apesar da base inflada pelo aumento de R\$ 640,5 milhões decorrentes do acerto do campo de Marlim no ano de 2010. Este desempenho está relacionado ao incremento no petróleo e à antecipação do fluxo de CFT (seção III.1.2 da edição do 4º bimestre de 2011). Desconsiderando esse valor, a Receita Patrimonial cresceu 26,4%.

– **Petróleo:** As Receitas de Petróleo tiveram alta de R\$ 82,19 milhões (+ 24,4%) no bimestre, como consequência do aumento dos *Royalties*. O aumento do preço do barril tipo Brent em 48,9% no bimestre compensou a queda de 8,7% na produção e de 10,4% na taxa de câmbio. A queda de 4,4 % (- R\$ 156 milhões) de Participação Especial, no acumulado, foi reflexo da base inflada de 2010. Expurgando Marlim, a receita cresceu 16,8%.

– **CFT:** Nos primeiros dez meses de 2011, o crescimento foi de 58,4% (+R\$ 768,9 milhões), devido à antecipação de recursos de 2014 para 2011. No bimestre, a receita apresentou uma queda de 38,1%, totalizando uma perda de R\$ 83,93 milhões, em função das entradas irregulares ao longo dos meses.

– **Receitas Financeiras:** Registraram aumento de 17,2% (+R\$ 16,32 milhões) no bimestre. No acumulado, essa rubrica apresenta crescimento de 20,1% (+R\$ 88,59

A Receita Patrimonial cresceu 15% no ano até Outubro, sobretudo pelo aumento dos Royalties (+17,3%). Vale ressaltar que, no ano de 2010, houve recebimento extraordinário do acerto do campo de Marlim. Desconsiderando esse valor, a Receita Patrimonial cresceu 26,4%.

Tabela 12

RECEITA PATRIMONIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECEITA PATRIMONIAL	667,27	702,21	5,2%	7.100,00	8.164,62	15,0%
Petróleo	337,27	419,45	24,4%	5.243,31	5.383,94	2,7%
Royalties	333,36	417,72	25,3%	1.711,91	2.008,38	17,3%
Part. Especial	3,50	1,19	-66,1%	3.529,37	3.372,97	-4,4%
FEP	0,41	0,54	32,4%	2,04	2,59	26,9%
CFT's	220,04	136,11	-38,1%	1.316,93	2.085,84	58,4%
Aplic. Financeiras	94,92	111,24	17,2%	441,27	529,86	20,1%
Demais Rec. Patrimoniais	15,04	35,41	135,5%	98,49	164,99	67,5%

Tabela 13

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (NOV - AGO)		var %
	2010	2011		2010	2011	
Produção (milhões de bbl)	100,21	91,50	-8,7%	500,28	468,79	-6,29%
Brent (US\$/bbl)	76,31	113,60	48,9%	76,79	107,09	39,45%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,76	1,58	-10,4%	1,78	1,64	-8,05%

milhões). A taxa SELIC, desde o início do ano, subiu 9,67%, passando de 11,25% para 11,50% ao ano¹².

III.1.3 Receita de Transferências

O total arrecadado no bimestre teve acréscimo de R\$ 33,06 milhões (+4,0%) em relação ao mesmo período de 2010. Entre as Transferências da União, destacam-se o IPI exportação, o FPE e o FUNDEB, que apresentaram aumento de R\$ 34,04 milhões, R\$ 20,86 milhões e R\$ 31,17 milhões, respectivamente, e compensaram a queda de R\$ 60,91 milhões nas receitas destinadas ao SUS. No acumulado, o aumento nas Receitas de Transferências foi de 10,5% (+R\$ 436,24 milhões).

Tabela 14

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	R\$ milhões					
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	834,07	867,13	4,0%	4.169,19	4.605,43	10,5%
Transf da União	469,54	472,93	0,7%	2.189,71	2.504,14	14,4%
FPE	109,64	130,50	19,0%	591,19	748,72	26,6%
IPI exp	101,24	135,27	33,6%	461,88	624,25	35,2%
IOF	0,00	0,01	32,3%	0,02	0,03	41,4%
CIDE	24,43	29,91	22,5%	90,44	107,14	18,5%
SUS	105,56	44,65	-57,7%	510,47	455,97	-10,7%
Salário Educação	49,51	66,43	34,2%	250,02	301,20	20,5%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	71,48	71,48	0,0%
Demais Transf. da União	64,86	51,86	-20,0%	214,21	195,35	-8,8%
FUNDEB	343,47	374,63	9,1%	1.807,00	1.991,98	10,2%
Convênios	21,06	19,44	-7,7%	170,13	98,71	-42,0%
Outras Transf. Corr.	0,00	0,13	2914,1%	2,34	10,60	352,6%

III.1.3.1. Transferências da União

Representaram, no acumulado de 2011, 54,37% do total das Transferências, crescendo R\$ 314,42 milhões em relação a 2010. Os repasses de FPE, IPI-EXP, SUS e FUNDEB foram os principais repasses feitos pela União nesse bimestre, representando 79,0% do total.

– **FPE:** Com crescimento de 19,0%, essa rubrica alcançou R\$ 130,50 milhões de reais no bimestre. No acumulado, o crescimento foi de 26,6%, atingindo o patamar de R\$ 748,42 milhões, em decorrência da continuidade do crescimento da arrecadação da União.

– **IPI-EXP:** Apresentou acréscimo até Outubro de 35,2% (+R\$ 162,37 milhões). No bimestre, aumentou 33,6% (+R\$ 34,04 milhões) em linha com o desempenho da arrecadação federal.

– **SUS:** A queda das receitas de Transferências de Convênios para o SUS foi a rubrica que, sozinha, mais

O crescimento do IPI-EXP até Outubro foi de 35,2% (+R\$ 162,37 milhões) e do FPE 26,6% (+R\$ 157,53 milhões). No bimestre, aumentaram 33,6% e 19,0%, respectivamente. Ambos são reflexo do bom desempenho da arrecadação federal.

¹² Dados provenientes das reuniões 156ª e 162ª do Copom do site www.bcb.gov.br

influenciou negativamente o resultado do total das receitas de Transferências no bimestre. Houve queda de 57,7% (-R\$ 60,91 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. No acumulado a redução foi de R\$ 54,50 milhões, o que representa uma queda de 10,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Isso é explicado pelo fato de que, em 2011, mais cinco municípios¹³ do estado do Rio de Janeiro se habilitaram na Gestão Plena de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS)¹⁴. Desse modo, tais municípios passaram a receber os recursos do SUS diretamente, sem o intermédio do Estado, o que provocou uma queda na receita estadual de Transferências do SUS, comparativamente a 2010.

– **FUNDEB:** O total arrecadado no bimestre foi de R\$ 374,63 milhões, o que implica um acréscimo de 9,1% em relação ao mesmo período do ano passado (+R\$ 31,17 milhões). A tendência de crescimento ocorreu também no acumulado, cujo acréscimo foi de 10,2% (+R\$ 184,98 milhões) em função do bom desempenho da arrecadação tributária, apesar da queda do coeficiente do FUNDEB em relação a 2010¹⁵.

– **Convênios:** a Receita de Transferências de Convênios apresentou um decréscimo de 7,7% no bimestre (-R\$ 1,62 milhões) e de 42% no acumulado (-R\$ 71,42 milhões). Isso se deve à diminuição do aporte de recursos do PAC, visto que as obras e instalações já estão em processo de conclusão.

– **SALÁRIO-EDUCAÇÃO**¹⁶: Com R\$ 66,43 milhões e R\$ 301,20 milhões arrecadados, esta receita teve crescimento

Apesar da redução do coeficiente de retorno do FUNDEB (-1,86%), estas transferências tiveram incremento de 10,2% no acumulado do ano, como resultado do aumento nas Receitas Tributárias.

¹³ Os municípios são: Cordeiro, Quissamã, Sapucaia, Silva Jardim e Três Rios.

¹⁴ Ver III.1.3 da edição do 6º bimestre de 2010. A queda das Receitas de Convênios com o SUS está relacionada ao fato de que esses recursos apenas transitavam pelo Estado com destino aos municípios. A expectativa é de que as Receitas de Transferências de Convênios continuem sendo menores ao longo de 2011, quando comparadas a 2010.

¹⁵ O coeficiente de retorno do FUNDEB para o Estado foi alterado de 0,395999089041 em 2010 para 0,38863487778 em 2011 (-1,86%). Dados disponíveis no site: www.fnnde.gov.br.

¹⁶ Os recursos do salário-educação vêm da contribuição social das empresas públicas e privadas vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com alíquota de 2,5%. O valor é arrecadado mensalmente pela Receita Federal, que o transfere ao FNDE, responsável pela distribuição entre estados e municípios.

de 34,2% e 20,5%, no bimestre e no acumulado respectivamente, em relação ao ano passado.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes tiveram acréscimo de 36,9% no bimestre em relação ao ano passado (+ R\$ 163,70 milhões). Esse aumento decorreu da venda da folha de pagamento do Tribunal de Justiça ao Bradesco (+ R\$ 80 milhões) e de convênios realizados no valor de R\$ 50 milhões, contabilizados na rubrica Receitas Diversas. No acumulado a queda foi de 14,3% (- R\$ 396,46 milhões). Este desempenho negativo é reflexo da queda das receitas de Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa, que juntas tiveram uma redução de R\$ 612,96 milhões. Contudo, no ano anterior, houve o advento do REFIS estadual que gerou uma receita extraordinária de R\$ 600 milhões. Expurgando esse ganho, as Demais Receitas Correntes cresceram 9,3%.

– **Receita de Contribuições:** No bimestre, houve aumento de R\$ 26,02 milhões, relacionado à Contribuição de Pensionista Civil. No acumulado do ano, houve incremento de 13,7%, devido ao acréscimo na Contribuição de Ativo Civil e no Fundo de Saúde dos Militares.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** Multas e Juros cresceram no bimestre 35,6% (+R\$ 19,34 milhões), contrapondo-se a uma tendência anterior de queda. Tal aumento foi influenciado pela aplicação de multas expressivas nos setores naval e varejista. Já a receita de Dívida Ativa caiu tanto no bimestre quanto no acumulado: 36,7 % (- R\$ 21,24 milhões) e 69,6% (- R\$ 393,38 milhões), respectivamente. Ambos os resultados são efeito do REFIS estadual¹⁷. Expurgando essa receita anômala, tal rubrica cairia apenas 2,37%.

Tabela 15

DEMAIS RECEITAS CORRENTES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	443,09		606,79	36,9%	
Receita de Contribuições	162,76	188,78	16,0%	792,45	901,21	13,7%
Receita Agropecuária	0,02	0,03	30,8%	0,14	0,12	-15,4%
Receita Industrial	-2,36	0,03	-101,3%	0,19	0,20	1,3%
Receita de Serviços	59,78	59,50	-0,5%	275,47	268,64	-2,5%
Multas e Juros de Mora	54,39	73,73	35,6%	580,91	361,34	-37,8%
Indenizações e Restituições	36,61	22,78	-37,8%	142,19	119,11	-16,2%
Dívida Ativa	57,82	36,57	-36,7%	565,43	172,04	-69,6%
Receitas Diversas	74,07	225,36	204,3%	424,04	561,72	32,5%

Por conta do REFIS do ano passado, as receitas de Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa apresentaram no acumulado decréscimo de 59,09% (- R\$ 611,09 milhões). Contudo, se retirarmos da base os R\$ 600 milhões arrecadados com esse programa, a queda seria de apenas 2,54%.

¹⁷ O Refis estadual permitiu o pagamento à vista ou parcelado de débitos tributários ou sua compensação com precatórios. O programa, que foi instituído no segundo bimestre de 2010, levou ao aumento da quitação da dívida até 31 de maio de 2010, à vista, com benefícios no recolhimento de Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa.

– **Indenizações e Restituições:** Apresentaram queda de 37,8% no bimestre, principalmente devido à diminuição da restituição dos convênios. No acumulado, essa rubrica teve uma queda de 23,08 milhões (-16,2%), o que se explica basicamente pela redução das compensações financeiras entre o regime de previdência geral e o regime próprio dos servidores do Estado e das restituições dos convênios.

III.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital – aquelas que alteram o patrimônio duradouro do Estado – tiveram um expressivo aumento de 41,7% (R\$ 238,8 milhões) em relação ao mesmo bimestre no ano anterior. O aumento dessas receitas foi alavancado pelas Operações de Crédito, que tiveram incremento da ordem de 137,1%, mais que compensando a queda nas receitas de Transferências de Capital (-55,5%). Deve-se frisar que no período houve o recebimento de uma parcela de R\$ 496 milhões do PROHDUMS¹⁸.

A despeito do elevado acréscimo nas receitas de Alienação de Bens (+545,0%) e nas Transferências de Capital (+14,2%) entre janeiro e outubro, houve redução de 3,7% nas Receitas de Capital. Tal desempenho está relacionado à queda nas Operações de Crédito de R\$ 411,7 milhões (-33,3%).

O resultado superior em 2010 nas Operações de Crédito deve-se ao empréstimo obtido junto ao Banco Mundial. Esses recursos foram contraídos através do Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro. As principais Operações de Crédito de 2011 sofreram atrasos em função de burocracias da STN. No bimestre, por sua vez, identificamos o crescimento de R\$ 376,5 milhões (+137,1%) em relação ao mesmo período de 2010.

Tabela 16

RECETA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECETAS DE CAPITAL	572,13	810,97	41,7%	2.077,58	1.999,98	-3,7%
Operações de Crédito	274,25	650,29	137,1%	1.237,99	826,33	-33,3%
Alienação de Bens	0,02	2,35	14.843,1%	39,65	255,75	545,0%
Amortiz. de Empréstimos	24,46	36,76	50,3%	127,70	150,13	17,6%
Transf. de Capital	273,41	121,56	-55,5%	672,23	767,78	14,2%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00%

As receitas de Operações de Crédito tiveram um incremento da ordem de 137,1% no bimestre (+R\$376,05 milhões) em decorrência do recebimento de uma parcela de R\$ 496 milhões do PROHDUMS.

¹⁸ Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável que abrange políticas nas áreas de habitação de interesse social, governança metropolitana, desenvolvimento urbano e assistência social integral.

As Transferências de Capital apresentaram no acumulado um desempenho superior em 14,2% (+R\$ 95,5 milhões) ao do mesmo período no ano passado. Na comparação bimestral, ocorreu um decréscimo de 55,5%, devido à redução de aplicação de recursos nas obras e instalações de urbanização do Complexo do Alemão e Rocinha – PAC-RJ e no Projeto de Recuperação e melhorias em Conjuntos Habitacionais, que perdeu R\$ 15,5 milhões, entre outros.

A receita da rubrica Alienação de Bens teve aumento de R\$ 2,34 milhões no bimestre. No acumulado o crescimento foi de 545,0% (+R\$ 216,10 milhões). O aumento expressivo no acumulado deve-se à venda de imóveis e terrenos de propriedade do RIOPREVIDÊNCIA.

BOX 02 – PANORAMA ECONÔMICO DO ESTADO.

A atividade da Indústria Geral Fluminense teve variação mensal negativa no mês de Setembro (-4,6%), movimento que já era esperado dado o comportamento sazonal da atividade no Estado. Essa queda foi puxada pela Indústria de Transformação (-5,3%). Em comparação ao mesmo período em 2010, a Indústria Geral Fluminense apresentou uma ligeira queda no índice de produção (-0,1%). Contudo, esta variação, de Setembro de 2010 a Setembro de 2011, foi gerada por uma queda acentuada na Indústria Extrativa (-14%) e um crescimento na Indústria de Transformação (+3,4%). É interessante observar que a produção na Indústria de Transformação Fluminense cresceu em relação ao ano anterior, ao passo que na Indústria de Transformação Brasileira teve queda (-1,7%) no mesmo período.

As vendas no comércio varejista do Rio de Janeiro, por sua vez, decaíram (-1,3%) em Setembro (em relação a Agosto deste ano). Entretanto, o índice em 2011 é superior (+10,3%) ao de 2010. Esse aumento nos últimos 12 meses se deu:

(I) pelo aumento da inflação no Estado no período (+7,2%);

(II) pelo incremento no volume de vendas no varejo (+5,2%).

O nível de atividade também pode ser medido pela população economicamente ativa (PEA). No Estado, em Setembro, este indicador cresceu (+3,2%) em relação ao mesmo mês do ano anterior. Avaliando o emprego no Rio de Janeiro neste mesmo período, a quantidade de empregados com carteira assinada aumentou (+7,1%).



PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE					
PRODUÇÃO E VENDAS		Variação mensal		Variação em 12 meses	
		set/11	out/11	set/11	out/11
Produção na Indústria Geral (1) (9)	BR	-5,0%	-	-1,6%	-
	ERJ	-4,6%	-	-0,1%	-
Produção na Indústria Extrativa (1) (9)	BR	-2,8%	-	-1,3%	-
	ERJ	-1,3%	-	-14,1%	-
Produção na Indústria de Transformação (1) (9)	BR	-5,2%	-	-1,7%	-
	ERJ	-5,3%	-	3,4%	-
Vendas no Varejo (2) (9)	BR	-2,2%	-	11,1%	-
	ERJ	-1,3%	-	10,3%	-
ÍNDICE DE PREÇOS		Variação mensal		Variação em 12 meses	
		set/11	out/11	set/11	out/11
Índice de Preços ao Consumidor (3)	BR	0,5%	0,3%	7,1%	6,8%
	ERJ	0,4%	0,2%	7,2%	6,9%
OCUPAÇÃO E RENDA		Variação mensal		Variação em 12 meses	
		set/11	out/11	set/11	out/11
Pessoas Economicamente Ativas (4) (9)	BR	0,2%	-	1,4%	-
	ERJ	0,7%	-	3,2%	-
Rendimento Médio Real do Trabalho (5) (9)	BR	-	-	-	-
	ERJ	-	-	-	-
Empregado sem carteira (6) (9)	BR	0,0%	-	-7,1%	-
	ERJ	2,5%	-	-5,9%	-
Empregado com carteira (7) (9)	BR	0,2%	-	6,0%	-
	ERJ	-1,0%	-	7,1%	-
DESEMPREGO		set/11	out/11	set/10	out/10
Taxa de Desocupação (8) (9)	BR	6,0	-	6,2	6,1
	ERJ	5,7	-	5,3	5,7

Fonte: Elaboração própria da Sefaz-SSEE a partir de séries de dados do IBGE e FGV.

(1) Produção física industrial, sem ajuste sazonal, PIM-PF Brasil (BR) e Regional (RJ) - IBGE. (2) Receita nominal de vendas no comércio varejista, sem ajuste sazonal, PMC - IBGE. (3) Índice de Preços ao Consumidor, FGV (RJ e BR). (4) População economicamente ativa, PME-IBGE. (5) Rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal. PME-IBGE. Para o Rio de Janeiro, índice inflacionado pelo INPC da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e para o Brasil, inflacionado pela média ponderada do INPC das seis Regiões Metropolitanas. (6) População ocupada sem carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (7) População ocupada com carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (8) Taxa de desocupação, PME-IBGE. (9) Os traços se referem a dados ainda não disponibilizados pelo IBGE. Observações: As informações coletadas pela PME se referem às regiões metropolitanas.

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

IV.1 Análise Geral da Execução da Despesa

Neste quinto bimestre de 2011, a dotação atual prevista para o exercício está fixada em R\$ 61,9 bilhões, valor R\$ 5,7 bilhões maior do que a despesa autorizada na Lei Orçamentária Anual. Por excesso de arrecadação foram incorporados ao orçamento R\$ 2,774 bilhões e, por superávit financeiro de 2010, R\$ 1,871 bilhão.

A Tabela 17 apresenta as alterações orçamentárias por fonte de recursos. Pode-se ver que o excesso de arrecadação, estimado pela tendência do exercício, ocorre mais fortemente nas dotações financiadas com a FR 01 – Recursos Não Provenientes de Impostos – e na FR 10 – Arrecadação Própria –, de autarquias, fundações e empresas, no caso, basicamente RIOPREVIDÊNCIA, na esteira do excesso de arrecadação de Royalties que lhe são destinados conforme a legislação em vigor. Em menor escala, a despesa financiada com a receita de impostos, FR 00, também foi acrescida por excesso de arrecadação (+R\$253,2 milhões), montante que superou a estimativa inicial, comentado na primeira parte deste Boletim.

Do expressivo montante incorporado à FR 01, R\$ 1,312 bilhão, a título de excesso de arrecadação e de superávit financeiro, R\$ 959 milhões têm origem na venda de ativos ao Bradesco, cuja maior parcela está sendo saldada em 2011, dos quais 50,7% (R\$ 531 milhões) foram destinados a Encargos Gerais sob a Supervisão da SEFAZ para cumprir despesas não discricionárias (Dívida e Restituição de Recursos de Terceiros).

Até o quinto bimestre já foram incorporados ao orçamento inicial R\$2,77 bilhões de excesso de arrecadação de diversas fontes e R\$1,87 bilhão de superávits financeiros apurados em 2010.

Tabela 17

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS JAN- OUT 2011				
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				
FR	TÍTULO DA FR	LOA 2011	DOTAÇÃO ATUAL 2011	ACRÉSCIMOS
00	PROVENIENTE DE IMPOSTOS	28.967.171.678	29.220.414.111	253.242.433
01	NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS	430.939.829	1.477.722.478	1.046.782.649
04	ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS	2.176.164.619	2.258.620.375	82.455.756
10	ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	10.630.936.313	12.012.656.007	1.381.719.694
12	CONVÊNIOS ADM. DIRETA	554.135.199	554.136.262	1.063
13	CONVÊNIOS ADM. INDIRETA	367.867.260	368.573.141	705.881
19	CONVÊNIOS INTRA ADM. INDIRETA	51.564.122	54.040.169	2.476.047
26	CONT. DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECON.	102.114.632	107.918.993	5.804.361
98	OUTRAS RECEITAS ADM. DIRETA	18.868.343	27.712.374	1.696.269
SUBTOTAL DE ACRÉSCIMOS ORIUNDOS DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				2.774.884.153
SUPERÁVIT FINANCEIRO				
FR	TÍTULO DA FR	LOA 2011	DOTAÇÃO ATUAL 2011	ACRÉSCIMOS
01	NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS	430.939.829	696.361.470	265.421.641
05	SALÁRIO EDUCAÇÃO	347.872.035	352.465.831	4.593.796
06	FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS	964.860.188	1.026.418.688	61.558.500
07	DEMAIS TRANF. DA UNIÃO PROV. IMPOSTOS	986.155.579	1.023.054.599	36.899.020
10	ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	10.630.936.313	11.729.092.882	1.098.156.569
11	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.426.159.000	2.552.181.904	126.022.904
12	CONVÊNIOS ADM. DIRETA	554.135.199	663.415.160	109.279.961
13	CONVÊNIOS ADM. INDIRETA	367.867.260	445.634.390	77.767.130
15	FUNDEB	2.482.630.286	2.495.882.355	13.252.069
18	CONVÊNIOS INTRA ADM. DIRETA	275.085.182	289.976.496	14.891.314
19	CONVÊNIOS INTRA ADM. INDIRETA	51.564.122	60.983.524	9.419.402
25	SUS	907.837.152	909.138.388	1.301.236
95	RETORNO DE EMPRÉSTIMOS DO PROGRAMA DE FOMENTO AGROPECUÁRIO E TECNOLÓGICO	3.780.000	6.869.555	3.089.555
98	OUTRAS RECEITAS ADM. DIRETA	18.868.343	27.712.374	3.479.632
99	OUTRAS RECEITAS ADM. INDIRETA	293.566.250	6.869.555	46.476.156
SUBTOTAL DE ACRÉSCIMOS ORIUNDOS DE SUPERÁVIT FINANCEIRO				1.871.608.884
NOVOS CONVÊNIOS, DOAÇÕES E OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
FR	TÍTULO DA FR	LOA 2011	DOTAÇÃO ATUAL 2011	ACRÉSCIMOS
10	ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	10.630.936.313	10.707.235.184	76.298.871
11	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.426.159.000	2.718.702.667	292.543.667
12	CONVÊNIOS ADM. DIRETA	554.135.199	1.114.094.062	559.958.863
13	CONVÊNIOS ADM. INDIRETA	367.867.260	368.707.194	839.934
16	CONVÊNIOS PAC ADM. DIRETA	439.701.344	491.242.051	51.540.707
18	CONVÊNIOS INTRA ADM. DIRETA	275.085.182	389.332.614	114.247.432
23	CONTRATOS INTRA-ORÇ. DE GESTÃO DE SAÚDE	-	5.490.250	5.490.250
98	OUTRAS RECEITAS ADM. DIRETA	18.868.343	27.712.374	3.668.130
99	OUTRAS RECEITAS ADM. INDIRETA	293.566.250	295.813.655	2.247.405
SUBTOTAL DE ACRÉSCIMOS ORIUNDOS DE NOVOS CONVÊNIOS, DOAÇÕES E OP. CRÉDITOS				1.106.835.259
TOTAL DE ACRÉSCIMOS				5.753.328.296

No âmbito ainda dos recursos próprios, ao orçamento do RIOPREVIDÊNCIA, foi incorporado o superávit financeiro de 2010, R\$ 505,7 milhões, colchão de recursos arrecadados no ano passado e não utilizados, que, ao reforçar dotações destinadas ao pagamento de inativos e pensionistas, veio permitir com certa folga o cumprimento dessas despesas em 2011. Expressiva parcela também suportada por superávit financeiro aumentou o orçamento do Tribunal de Justiça em R\$ 268,7 milhões.

Valores menores, também reforçaram dotações financiadas com recursos oriundos de convênios e de operações de crédito, tanto por excesso de arrecadação como por superávit financeiro, ou pela contratação de

O RIOPREVIDÊNCIA foi beneficiado com a incorporação de um superávit financeiro de R\$ 505,7 milhões, o que proporcionou um reforço às dotações destinadas ao pagamento de inativos e pensionistas neste exercício.

novas operações de crédito ou formalização de novos convênios, conforme demonstra a Tabela 17.

A análise da execução da despesa no período janeiro/outubro, consta da Tabela 18, onde se evidencia que o Governo continua mantendo a postura conservadora adotada no exercício, consequência do acréscimo de receita aprovado pelo Poder Legislativo. Em que pese o excesso de arrecadação já incorporado ao orçamento, no âmbito das dotações do Poder Executivo, ainda permanecem contingenciados R\$ 241 milhões, mecanismo adotado na preservação do equilíbrio orçamentário e financeiro e indicador de uma política fiscal austera.

Tabela 18

**EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL
JAN-OUT 2010 / JAN-OUT 2011**

R\$ Milhões

PODER EXECUTIVO								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL JAN- OUT	CONTING.	DISP.	COTA ORÇAM.	EMP. JAN- OUT	LIQ. JAN- OUT
2010	DESPESA SEM INTRA	41.562	46.421	179	46.421		38.165	35.161
	DESPESA INTRA	1.586	1.640	0	1.640		1.359	1.288
	DESPESA TOTAL	43.148	48.061	179	48.061	48.060	39.524	36.449
2011	DESPESA SEM INTRA	49.826	55.145	241	55.145		40.727	38.115
	DESPESA INTRA	1.771	1.862	0	1.862		1.488	1.445
	DESPESA TOTAL	51.597	57.007	241	57.007	51.887	42.215	39.560
OUTROS PODERES								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL JAN- OUT	CONTING.	DISP.	COTA ORÇAM. LIBERADA 3º TRIM**	EMP. JAN- OUT	LIQ. JAN- OUT
2010	DESPESA SEM INTRA	3.985	4.540	0	4.540		3.780	3.283
	DESPESA INTRA	271	357	0	357		302	245
	DESPESA TOTAL	4.256	4.897	0	4.897		4.082	3.528
2011	DESPESA SEM	4.268	4.593	0	4.593		4.113	3.548
	DESPESA	349	366	0	366		294	272
	DESPESA TOTAL	4.617	4.959	0	4.959		4.407	3.820

Posição SIG/SIAFEM: 08/11/2011

* EM 2010 A COTA ORÇAMENTÁRIA ERA LIBERADA POR QUADRIMESTRE A PARTIR DE 2011 PASSA A SER LIBERADA POR TRIMESTRE

** PARA OS OUTROS PODERES NÃO EXISTE COTA ORÇAMENTÁRIA

Comparando a execução orçamentária de 2011 com a de 2010, verifica-se que neste exercício o ritmo está mais lento, embora a despesa total liquidada até este bimestre, incluída a despesa intraorçamentária (R\$ 43,37 bilhões) represente 70,2% da dotação disponível. A celeridade da execução orçamentária pode ser medida pela relação despesa liquidada/empenhada. Nos Outros Poderes, em 2011, essa relação é de 77,24%, caindo, no âmbito do Poder Executivo, para 69,12% percentuais inferiores aos

A execução orçamentária até o período já alcança 70,2% da dotação disponível, com R\$ 43,37 bilhões já liquidados.

registrados em igual período de 2010, 86,84% e 86,33% respectivamente. Pelo lado da despesa empenhada, em 2010, os percentuais foram bem maiores (83,25% nos outros Poderes e 82,54% no Executivo).

Sob a ótica da origem dos recursos, a Despesa Liquidada acumulada no ano, é 8% maior que a liquidada em igual período de 2010.

Quando avaliada a liquidação da despesa por Fonte de Recurso, em algumas, a variação é negativa, como, por exemplo, nas transferências do Salário Educação. Nesse caso, embora essa receita tenha aumentado 20,4% em relação a igual período de 2010, a despesa decresceu em 26,8%. Sem causar prejuízo à programação da SEEDUC, os gastos com pessoal contratado para preparo e distribuição da merenda escolar, por recomendação do TCE, deixaram de ser financiados com recursos vinculados ao Salário Educação.

Na FR 11, a redução está justificada pelo atraso na realização da receita do DPL II, operações de crédito, alocadas no pagamento do serviço da dívida que foi adimplido com outra fonte de recurso.

Na FR 07, a alta variação percentual em relação ao ano passado é decorrente de maior alocação desses recursos no pagamento do serviço da dívida pública, que, ao cumprir rígido cronograma de pagamento, exigiu a adoção dessa medida para compensar o atraso na realização da receita de operações de crédito, DPL II. Até outubro de 2010, no serviço da dívida, a conta da FR 07, foram aplicados R\$ 96 milhões, já em 2011, R\$ 464 milhões, (+481%).

Pode-se dizer que essas pequenas variações constadas, no decorrer do processo de execução orçamentária, não só negativas como positivas, não produzem efeito negativo na implementação dos programas de governo, pois são dirimidas pela aplicação de medidas de correção de desvios, como por exemplo, alteração de cronograma, troca de fonte de financiamento, etc.

Tabela 19
**DESPESA LIQUIDADADA POR FONTE DE RECURSO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2010/ JAN-OUT 2011**

R\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	JAN- OUT 2010	JAN- OUT 2011	VAR %
RECURSOS DO TESOURO	27.422	29.264	6,7%
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	19.978	21.528	7,8%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	883	1.182	33,9%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)***	2.472	2.027	-18,0%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	257	188	-26,8%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	599	905	51,2%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	300	755	151,5%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	1.023	745	-27,2%
FECP - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	1.813	1.808	-0,3%
DEMAIS FONTES*	98	127	42,2%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	11.022	12.398	12,5%
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	8.032	9.317	16,0%
CONVÊNIOS	934	904	-3,2%
FUNDEB (FR 15)	1.414	1.616	14,3%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	442	353	-20,3%
DEMAIS FONTES**	200	209	4,4%
TOTAL GERAL	38.444	41.662	8,4%

* FRS 20, 21, 26, 90, 95 / ** FRS 96, 97, 98, 99

 *** Em 2010 a FR 04 inclui as despesas financiadas com recursos provenientes de Marlim
Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE
Posição SIG/SIAFEM:08/11/2011

A Tabela 20 evidencia o montante liquidado por Categoria Econômica e Grupo de Despesa no período Jan – Out de 2010 e 2011.

O grupo Pessoal e Encargos Sociais apresentou um avanço de 10,66% (R\$ 978 milhões) em suas despesas, por conta de reajuste salarial em todos os Poderes extensivos aos pensionistas e inativos. No Poder Executivo, o incremento foi de 12,06% (+ R\$ 802 milhões). Os maiores aumentos estão dispostos nas áreas da Segurança (+R\$ 360,18), na Educação (+ R\$ 131,29 milhões) e na Saúde (+ R\$ 88,71 milhões).

Os demais Poderes cresceram 6,69% (+R\$ 175,19 milhões) em relação ao ano anterior. O Tribunal de Justiça recebeu a maior parte do aumento das despesas (R\$ 122,06 milhões).

Comparados os valores dos dois exercícios, pode-se observar que, em percentuais, o maior incremento ocorreu em Inversões Financeiras, 56,39% (+ R\$ 60 milhões) por conta de aporte de capital na Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do RJ, para aquisição de áreas e imóveis para implantação de Distrito Industrial comentado mais adiante.

A despesa de custeio do Poder Executivo liquidada até outubro de 2011 foi superior ao mesmo período de 2010 em 18,06% (+R\$ 1,06 bilhões), justificada, em parte, pelo acréscimo no Fundo Estadual de Assistência Social de R\$ 22 milhões no Programa de Atendimento Integrado à Família – PAIF.

Na área de Segurança, a alimentação dos apenados e os programas de gerenciamento das instituições policiais aumentaram, em conjunto, em R\$ 64 milhões.

Expressivo aumento também é constatado no Fundo Especial de Transporte, na operacionalização do Programa Bilhete Único. Em 2011 o quantitativo de usuários é muito maior que o de 2010, e o subsídio do Governo sobe em valor idêntico ao reajuste das passagens. Comparado a igual período de 2010, o

Tabela 20

DESPESAS POR GRUPO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DESPESA LIQUIDADADA JAN- OUT 2010 / JAN-OUT 2011

R\$ MIL

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	2010	2011	VAR %
		JAN-OUT	JAN-OUT	
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.172.684	10.150.690	10,66%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	6.654.037	7.456.845	12,06%
	1.2 - OUTROS PODERES	2.518.647	2.693.845	6,96%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.943.468	2.072.076	6,62%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.799.924	25.127.489	10,21%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	5.885.217	6.947.927	18,06%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	5.302.745	6.260.269	18,06%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	582.472	687.658	18,06%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	6.448.618	7.464.496	15,75%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATORIAS	10.466.089	10.715.066	2,38%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.489.822	1.509.729	1,34%
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	3.238.642	3.264.617	0,80%
	3.3.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	5.737.625	5.940.720	3,54%
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	3.419.883	2.794.224	-18,29%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	2.780.984	2.428.180	-12,69%
	4.2 - OUTROS PODERES	178.840	165.951	-7,21%
	4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS	460.059	200.093	-56,51%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	106.555	166.641	56,39%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.001.692	1.351.603	34,93%
TOTAL GERAL		38.444.206	41.662.724	8,37%

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM: 08/11/2011

O aumento de 10,6% no grupo de pessoal ocorre por conta do reajuste salarial em todos os poderes, extensivo aos inativos e pensionistas.

incremento foi de R\$ 170 milhões. Atualmente o nº de transações/mês já é superior a 29.000, contra 20.000 transações em 2010.

Nos Outros Poderes o acréscimo no custeio de R\$ 105 milhões tem a maior parcela registrada no Tribunal de Justiça (47%), com aplicação de recursos em ações de aperfeiçoamento da Tecnologia da Informação e na operacionalização de processos jurídicos.

A análise correta da variação dos investimentos exige que sejam expurgados os valores referentes à Restituição de Recursos de Terceiros, realizados em 2010 e 2011, pois, embora classificados como investimentos não estão relacionados com obras e equipamentos. Em 2010 o valor se refere à devolução ao Banco do Brasil da parcela do acerto de Marlim (Royalties) que havia sido adiantada aos cofres do Estado no final do exercício de 2009 e, em 2011 trata-se de recomposição do saque efetuado na Conta B do Banco Itaú.

Retirados esses valores, a variação percentual cai para -12,36%. No Poder Executivo, a despesa realizada foi inferior ao mesmo período de 2010 em 12,69%. Esse cenário tem fundamento no atraso do repasse das receitas provenientes de convênios, principalmente os da União para o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, situação que exigiu o atraso dos cronogramas das obras. A aplicação de recursos do Tesouro, no entanto, manteve o mesmo patamar: R\$ 1,55 bilhão. As maiores variações negativas estão registradas na SEOBRAS, no DER e no INEA.

A análise dos gastos por função de governo evidencia expressivo aumento, em relação ao mesmo período do ano passado, nas despesas liquidadas em Organização Agrária (107%) e Indústria (74%).

Embora a aplicação de recursos na função Organização Agrária tenha dobrado, sua participação no orçamento total é pequena: 0,02% dos gastos do Estado. A implementação

O custeio do Poder Executivo aumentou em 18,06% (+ R\$ 1,06 bilhões), em decorrência principalmente das funções de governo de Assistência Social, Segurança e Transporte.

Tabela 21

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO			
DESPESA LIQUIDADADA JAN-JUN 2010 / JAN-JUN 2011			
DISCRIMINAÇÃO	5º Bim 2010	5º Bim 2011	Δ % 2010 / 2011
ADMINISTRAÇÃO	1.076.526.836	1.138.627.939	5,8%
AGRICULTURA	139.228.707	144.869.985	4,1%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	157.287.405	192.912.569	22,6%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	167.924.776	168.655.545	0,4%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	179.840.238	173.880.028	-3,3%
COMUNICAÇÕES	139.715.945	138.586.896	-0,8%
CULTURA	122.820.384	118.684.277	-3,4%
DESPORTO E LAZER	63.300.619	94.473.853	49,2%
DIREITOS DA CIDADANIA	171.248.688	224.578.450	31,1%
EDUCAÇÃO	4.664.926.075	4.944.937.036	6,0%
ENCARGOS ESPECIAIS	12.581.448.218	13.133.261.075	4,4%
ESSENCIAL À JUSTIÇA	1.055.171.604	1.092.404.526	3,5%
GESTÃO AMBIENTAL	391.941.397	315.635.892	-19,5%
HABITAÇÃO	151.283.954	144.157.450	-4,7%
INDÚSTRIA	106.785.031	186.361.406	74,5%
JUDICIÁRIA	2.042.464.651	2.205.478.483	8,0%
LEGISLATIVA	683.531.152	746.542.576	9,2%
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	4.536.770	9.411.738	107,5%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.708.839.038	7.829.963.574	16,7%
SANEAMENTO	82.837.442	92.919.238	12,2%
SAÚDE	2.560.128.348	2.746.940.291	7,3%
SEGURANÇA PÚBLICA	2.956.341.276	3.533.154.021	19,5%
TRABALHO	29.343.896	20.781.366	-29,2%
TRANSPORTE	1.269.014.640	1.462.281.305	15,2%
URBANISMO	937.718.822	803.224.040	-14,3%
TOTAL	38.444.205.910	41.662.723.558	8,4%
Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE			
Posição SIG/SIAFEM: 08/11/2011			

do projeto Regularização Fundiária e Consolidação de Assentamentos Humanos, de responsabilidade do Instituto de Terra e Cartografia- ITERJ, foi o grande responsável pelo aumento dos gastos da função, saltando de R\$ 1,749 milhão até outubro do ano passado para R\$ 5,550 milhões no mesmo período de 2011, cujas metas estão inseridas no Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável – PROHDUMS- DDPL II.

Em percentuais, a função Indústria obteve o segundo maior crescimento acumulado até o 5º bimestre quando comparada a igual período do ano anterior + 74,5%. Esse incremento se justifica pela realização de compromissos responsabilidade da CODIN, compra e venda de áreas e imóveis para construção de distrito industrial (Macaé, Campo Grande e Santa Cruz-MRJ), além do crescimento de gastos administrativos, inclusive de pessoal (+ R\$ 8,3 milhões).

Nas funções Desporto e Lazer, Direitos da Cidadania e Assistência Social, percentuais expressivos também são registrados: 49,2%, 31,1% e 22,6%.

Na primeira, o projeto de fomento ao esporte e ao lazer, que visa incentivar a prática esportiva em áreas carentes do Estado, foi responsável por R\$ 23 milhões de aumento. Em Direitos da Cidadania o incremento é totalmente justificado no pagamento de pessoal e encargos sociais. Em Assistência Social a atividade de Atendimento Integral à Família e o projeto de Atendimento à População Residente em Área de Risco respondem pelo incremento, com um aumento de R\$ 22 milhões e R\$ 13 milhões, respectivamente, aí incluído o pagamento com aluguel social comentado adiante em Box específico.

Na função de Desporto e Lazer observa-se um crescimento de R\$ 23 milhões, com a implementação de práticas esportivas em áreas carentes, em parceria com a área de segurança na implantação das UPPs.

IV.2 - Acompanhamento das despesas vinculadas a índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ¹⁹, FECAM²⁰ e FEHIS²¹.

A Constituição Federal estabelece a aplicação mínima das receitas provenientes de impostos e transferências de 12% na área de Saúde e 25% na Educação.

Já a Constituição Estadual estabelece que na FAPERJ sejam aplicados 2% das receitas advindas de impostos e transferências. No FECAM, o mínimo a ser gasto anualmente é 5% das receitas provenientes de *Royalties* e Participações Especiais, fortalecendo as ações de preservação do meio ambiente e por último, no FEHIS, a aplicação mínima é de 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF).

As despesas vinculadas são apuradas sempre ao final do exercício. Para analisar o cumprimento destes limites mínimos neste 5º Bimestre, acompanhamos a execução do período comparativamente nos exercícios de 2010 e 2011.

A Tabela 22 apura os índices parciais executados até outubro.

A execução orçamentária da Educação apresentou um pequeno aumento em relação a 2010 nas despesas liquidadas (+R\$ 146 milhões), embora a variação do percentual aplicado não tenha acompanhado o ritmo de crescimento das receitas que servem de base de cálculo. Estas cresceram aproximadamente 10%, contra uma variação de cerca de 3% da despesa liquidada, refletindo uma aplicação de 22,6% até o mês de outubro.

Com relação ao aumento das despesas liquidadas na Educação, a maior parte destinou-se ao pagamento de pessoal, cujo crescimento foi de 14,2%, basicamente em decorrência do reajuste salarial de 5% concedido e do adiantamento do projeto Nova Escola. Além da variação

Tabela 22

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS - DESPESA LIQUIDADADA

EM R\$ MIL

PERÍODO	JAN- OUT 2010	JAN- OUT 2011
EDUCAÇÃO		
RECEITA BASE	19.425.067	21.367.406
DESPESA LIQUIDADADA*	4.681.471	4.827.970
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	4.856.267	5.341.852
% ÍNDICE	24,10%	22,60%
SAÚDE		
RECEITA BASE	19.425.044	21.350.383
DESPESA LIQUIDADADA*	2.189.518	2.462.601
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	2.331.005	2.562.046
% ÍNDICE	11,27%	11,53%
FAPERJ		
RECEITA BASE	11.640.191	12.697.051
DESPESA LIQUIDADADA*	246.525	238.388
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	232.804	253.941
% ÍNDICE	2,12%	1,88%
FECAM**		
RECEITA BASE	5.004.572	5.111.450
DESPESA LIQUIDADADA*	202.273	174.857
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	250.229	255.573
% ÍNDICE	4,04%	3,42%
FEHIS		
RECEITA BASE	1.861.844	2.072.836
DESPESA LIQUIDADADA*	167.510	125.357
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	186.184	207.284
% ÍNDICE	9,00%	6,05%

* DESCONTA O VALOR DE RP CANCELADO (DE 2006 a 2010)

Posição SIG/SIAFEM: 08/11/2011

** A receita base de 2010 desconsidera os R\$460,05 milhões de receita de MARLUN

O aumento de R\$ 146 milhões, na Educação, deve-se ao reajuste salarial de 5% concedido, o adiantamento do projeto Nova Escola e o pagamento do auxílio transporte aos professores e funcionários.

¹⁹ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

²⁰ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²¹ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

em pessoal, no custeio o crescimento de 10% (+R\$ 65,8 mm) foi motivado pelo pagamento de auxílio transporte aos professores e funcionários.

Na FAPERJ, mesmo com um acréscimo de 9,1% da receita base, a aplicação dos recursos se reduziu, quando comparado com o mesmo período de 2010, apresentando uma aplicação de 1,88%.

A redução de aplicação dos recursos na FAPERJ em 2011 se justifica pela aquisição de módulos para implantação dos CVTs em 2010, despesa que não se repetiu em 2011.

Na área de Saúde o crescimento das despesas (+12,5%) ultrapassou a variação das receitas (+9,9%) que servem de base, resultando em uma aplicação de 11,53% no período analisado.

O aumento de R\$ 273 milhões foi destinado para custeio na expansão dos serviços de atenção básica, reformas nas unidades de saúde e conclusão do Rio Imagem, cujos serviços de exames e diagnósticos já estão em pleno funcionamento. Além do custeio, o aumento em pessoal também foi significativo (10,8%), justificado pelas novas unidades de pronto atendimento.

Na Saúde, o aumento de R\$ 273 milhões foi destinado às ações de expansão dos serviços de atenção básica, reformas das unidades de saúde e conclusão do Rio Imagem, já em pleno funcionamento.

Tanto no FECAM quanto no FEHIS, embora a variação da receita base tenha sido positiva, a aplicação destes recursos se apresenta em ritmo menor do que o ocorrido em 2010, refletindo em um percentual de aplicação ainda abaixo do mínimo estabelecido, 3,42% e 6,05% respectivamente.

No FECAM, o decréscimo das despesas com investimento foi de R\$ 27 milhões. Boa parte dos projetos se encontra com ritmo de execução ainda lenta.

Do total de gastos com o FEHIS, a redução de 24% (R\$ 42,1 milhões) concentra-se nos Projetos do PAC Complexos, nos quais os investimentos de maior montante já foram feitos no início da execução destes.

03 - BOX DA SECRETARIA ESTADUAL DE FAZENDA – SEFAZ

O orçamento inicial da SEFAZ de R\$ 461 milhões foi reforçado ao longo do ano em R\$ 11,5 milhões destinados, principalmente, para despesa de pessoal.

Da dotação de R\$ 473 milhões, já foram empenhados 87,5%, correspondentes a R\$ 414 milhões. A despesa realizada até outubro (R\$ 337,72 milhões) equivale a 71,4%.

EVOLUÇÃO DA DESPESA REALIZADA DA SEFAZ							
GRUPO DE DESPESA							EM R\$
UO	GD	DESPESA REALIZADA					% Partic. 2011
		2007	2008	2009	2010	10/2011	
SEFAZ	PESSOAL	233.897.093	270.770.701	277.490.358	374.024.082	300.848.924	89,1%
	CUSTEIO	32.726.034	29.705.734	31.047.442	47.597.802	29.656.487	8,8%
	INVESTIMENTO	36.812	7.195.478	11.745.006	9.976.424	7.222.587	2%
TOTAL GERAL		266.659.939	307.671.914	320.282.807	431.598.309	337.727.997	100%

Das fontes de financiamento das despesas da SEFAZ, 93% correspondem a recursos do Tesouro Estadual.

EVOLUÇÃO DA DESPESA REALIZADA DA SEFAZ							
FONTE DE RECURSO							EM R\$
UO	FR	2007	2008	2009	2010	ATÉ O PERÍODO /2011	
						DOTAÇÃO ATUAL	DESPESA REALIZADA
SEFAZ	TESOURO	266.659.939	302.075.539	311.675.324	425.550.301	441.931.185	331.189.372
	OUTRAS FONTES	-	5.596.374	8.607.483	6.048.007	30.825.000	6.538.625
TOTAL GERAL		266.659.939	307.671.914	320.282.807	431.598.309	472.756.185	337.727.997

Como se pode observar na primeira tabela, a despesa de pessoal vem crescendo ao longo dos anos, como reflexo do reforço dado ao quadro de pessoal da secretaria com a realização de concursos, fortalecendo as carreiras básicas da área fazendária, tais como Fiscal de Renda, Oficial de Fazenda, Analista de Controle Interno e a Analista de Finanças Públicas. Esta última realizará o primeiro concurso em dezembro deste ano, a fim de aprimorar as ações de planejamento e gestão dos recursos do Tesouro Estadual.

Após quase 19 anos sem concurso público para a carreira de fiscal de renda do Estado, foram realizados três concursos, com o ingresso de 298 fiscais, renovando em mais de um terço a força de trabalho. A tabela abaixo mostra a evolução em cada carreira.

QUADRO DE APROVADOS DA SEFAZ						
CONCURSOS DE 2007 A 2011						
FUNÇÕES	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
AUDITOR FISCAL	-	74	96	128	-	298
OFICIAL DE FAZENDA	-	-	-	-	93	93
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	-	-	-	20	-	20
TOTAL GERAL	-	74	96	148	93	411

Além do crescimento de pessoal, os investimentos também tiveram uma evolução significativa desde 2007, resultado da modernização da nova sede da Secretaria. A reforma da nova sede, realizada pela Empresa de Obras Públicas – EMOP, foi uma parceria entre a SEFAZ e o RIOPREVIDÊNCIA. O novo prédio concentra todas

as áreas da Secretaria, favorecendo o serviço de atendimento ao contribuinte.

Dentre os esforços realizados pela SEFAZ, merecem destaque as ações voltadas para melhoria da transparência das contas públicas e agilidade dos serviços prestados. A Secretaria de Fazenda vem trabalhando para aumentar a transparência para a população através da reformulação de diversos serviços e procedimento para melhorar no atendimento ao público com a utilização da internet, tais como obtenção de inscrição Estadual pelo Cadastro Fácil e a publicação bimestral do Boletim de Transparência Fiscal, disponibilização da execução orçamentária em tempo real no Portal de Transparência (www.transparencia.rj.gov.br), conforme determina a Lei Complementar nº 131/2009.

O gráfico ao lado mostra os serviços mais acessados no site da SEFAZ.

De acordo com o diagnóstico feito pelo Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas, o Portal da Transparência do ERJ é um dos mais acessados dentre os estados, sendo considerado referência para contribuintes e investidores de outros países.



04 - BOX DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) é responsável pela gestão e coordenação da Política de Assistência Social, Segurança Alimentar, Transferência de Renda. Com orçamento anual previsto de R\$ 394 milhões, vem fortalecendo as ações de promoção da cidadania e defesa dos direitos humanos.

A Tabela abaixo mostra a despesa prevista e realizada até outubro deste ano, que representa 51,5% já liquidado.

UO		DOT. ATUAL	LIQUIDADO OUT/2011
3201	Secretaria de Estad Assist Soc e Dir Humanos	95.973.600	36.447.182
3242	Fundação Leão XIII	53.043.879	42.340.192
3243	Fundação para a Infância e Adolescência	39.291.213	31.465.681
3261	Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	205.660.091	92.936.405
3266	Fundo para a Infância e Adolescência	240.000	-
TOTAL GERAL		394.208.783	203.189.460

Além das despesas de pessoal, que consomem cerca de 25% dos recursos destinados à SEASDH, as ações Serviço de Proteção de Atendimento Integrado à Família – PAIF e Aluguel Social foram responsáveis por boa parte da execução.

➤ **Serviço de Proteção de Atendimento Integrado à Família- PAIF**

O PAIF, com orçamento previsto para este ano de R\$ 43 milhões, dinamiza a Proteção Social Básica, permitindo o fortalecimento dos vínculos familiares e sociocomunitários. Pela articulação com a rede de serviços do território, favorece o acesso às políticas públicas setoriais e, conseqüentemente, o fortalecimento dos vínculos interinstitucionais.

Nele encontram-se dois programas importantes: **Programa Renda Melhor** e sua vertente, o **Programa Renda Melhor Jovem**.

O **Programa Renda Melhor** é parte integrante do Plano de Erradicação da Pobreza Extrema no Rio de Janeiro e tem como objetivo assistir com benefício financeiro as famílias integrantes do *Programa Bolsa Família*, do Governo Federal. O Governo do Rio de Janeiro visa assim alinhar-se ao desafio nacional pela superação da pobreza extrema, lançado pelo Governo Federal, com o *Plano Brasil Sem Miséria*.

Os benefícios podem variar de R\$ 30 a R\$ 300, de acordo com a condição de vida de cada família. A partir de fevereiro de 2012, toda a Região Metropolitana e os 20 municípios com os maiores índices de pobreza do Estado serão contemplados com a expansão do *Programa Renda Melhor*.

Além do benefício mensal do *Renda Melhor*, o plano de erradicação da pobreza extrema do Estado do Rio de Janeiro inclui também o **Programa Renda Melhor Jovem**, lançado em setembro pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, com objetivo de valorizar e estimular a permanência do aluno da escola.

Realizado pela SEASDH em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), consiste em uma poupança escola no qual os jovens que estejam cursando o Ensino Médio podem receber R\$ 700, caso aprovado na 1ª série; R\$ 900 na 2ª série; R\$ 1.000 na 3ª série. Os alunos no Ensino Médio Técnico que cursarem o 4º ano (Profissionalizante) poderão receber mais R\$ 1.200, se aprovados. Ao final de cada ano, o estudante terá direito a sacar até 30% do valor recebido.

O programa beneficiará, inicialmente, alunos da Rede Estadual de Ensino dos municípios de Japeri, Belford Roxo e São Gonçalo, cujas famílias já estão incluídas no *Renda Melhor*.

Além do prêmio anual, os alunos que obtiverem bom desempenho nas provas do Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ), poderão receber mais R\$ 500 ao concluir os estudos.

Até o próximo ano, espera-se o atendimento de mais 20 mil jovens integrantes das famílias cadastradas no Cartão Família Carioca e no Programa Renda Melhor, tanto na Região Metropolitana quanto nos municípios com maiores taxas de pobreza extrema no Estado.

Até o momento já foram empregados 24,9 milhões nesses dois projetos.

➤ **Aluguel Social**

O Aluguel Social é um programa do Governo Estadual que repassa recursos para as prefeituras aplicarem na reorganização do espaço urbano, fazendo com que pessoas saiam de determinadas áreas consideradas “de risco” (ou que já tenham sido vítimas de eventos climáticos, como Angra, Niterói e Região Serrana do Rio).

O valor do benefício está previsto entre R\$ 400 e R\$ 500/mês, a ser pago pelo período de um ano. As vítimas das chuvas de janeiro na Região Serrana terão o pagamento do aluguel social, que irá expirar em janeiro, prorrogado por mais 12 meses, até que suas moradias definitivas estejam prontas.

Já em Angra dos Reis foram entregues os últimos 240 apartamentos programados para atender às vítimas das chuvas de janeiro de 2010, construídos com recursos dos Governos Estadual e Federal no valor de R\$35,9 milhões. Este é o terceiro conjunto habitacional inaugurado em 2011 para atender aos desabrigados. Ao todo, 800 famílias já foram beneficiadas.

Em setembro deste ano a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) iniciou o cadastramento no Programa Aluguel Social de cerca de 500 famílias moradoras do Complexo do Alemão.

Este ano já foram gastos R\$ 41,1 milhões com o pagamento de benefícios do aluguel social, conforme demonstra quadro a seguir.



AÇÃO	HISTÓRICO	VALOR
Atendimento à População Residente em Áreas de Risco	ALUGUEL SOCIAL NITERÓI	12.807.101
	ALUGUEL SOCIAL REGIÃO SERRANA	27.357.000
	ALUGUEL SOCIAL COMPLEXO DO ALEMÃO	517.668
	ALUGUEL SOCIAL MANGUINHOS	440.000
	OUTROS ALUGUÉIS SOCIAIS	44.900
TOTAL		41.166.669

Além dos projetos citados, a SEASDH lançará ainda este ano, um projeto com a expectativa de atender 40 mil jovens de 15 a 19 anos que vivem nas comunidades pacificadas. Esse projeto prevê a criação de espaços da juventude que abrigarão núcleos de acompanhamento especializado para jovens, que já tiveram envolvimento com o tráfico de drogas, aqueles que estão fora do mercado de trabalho ou vieram de famílias desagregadas. Essa iniciativa será financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com um repasse de R\$ 190 milhões, mais a contrapartida do Estado de R\$ 50 milhões.

As primeiras comunidades a se beneficiarem com o projeto serão: Borel, Cidade de Deus, Batam, Providência, São Carlos e os complexos do Alemão e da Penha.

V - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

V.1 Cota Financeira

Com a publicação da Resolução SEFAZ nº 441, de 06 de outubro de 2011, que estabeleceu, por Unidade Gestora, a Cota Financeira mensal para a emissão de Programações de Desembolso (PD), observou-se, no quinto bimestre de 2011, que não houve grandes alterações no valor da Cota Financeira liberada para o ano. Nas Demais Fontes de Recursos²², a variação em relação ao bimestre anterior, foi de, aproximadamente, R\$ 27,22 milhões (0,42%), enquanto nas Fontes de Recursos do Tesouro,²³ foi de R\$ 159,65 milhões (2,57%).

Dessa maneira, a partir da publicação da Resolução supracitada, alcançou-se o montante de R\$ 12,83 bilhões de recursos financeiros liberados, em 2011, para o pagamento de despesas de custeio e capital.

Até o mês de agosto deste ano, o percentual de utilização²⁴ da Cota Financeira liberada para a execução orçamentária das despesas suportadas por recursos do Tesouro, era de 99% (R\$ 3,28 bilhões). Em outubro do mês corrente, este percentual manteve-se nos 99% (R\$ 4,63 bilhões), apesar do incremento nominal de R\$ 1,33 bilhão referente a Cota Financeira liberada.

Este mesmo nível de utilização não foi observado nas demais fontes de recursos. Nestas fontes, o percentual de utilização da cota liberada, até o mês de agosto, foi de 64% (R\$ 1,34 bilhão); e, até outubro, de 65% (R\$ 1,76 bilhão).

Em relação à utilização dos Recursos do Tesouro, os Órgãos converteram em Programações de Desembolso 99,49% da sua Cota Financeira liberada (acumulada até o

Gráfico 1

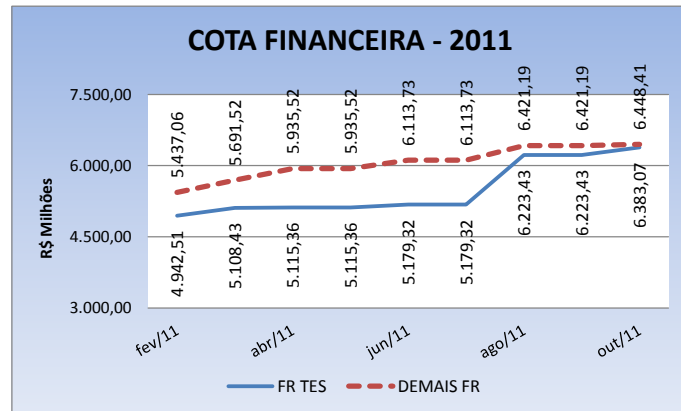


Tabela 23

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ OUTUBRO DE 2011

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	6.014,99	4.885,02	4.650,87	4.627,07	4.302,98
FR - Outras	2.642,37	1.858,80	2.720,88	1.760,70	1.681,38
Total geral	8.657,36	6.743,82	7.371,75	6.387,77	5.984,36

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Ago/2011

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	81%	105%	95%	99%	93%
FR - Outros	70%	68%	95%	65%	95%
Total geral	78%	91%	95%	87%	94%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até OUT/2011

Tabela 24

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ OUTUBRO DE 2011 POR ÁREAS FR TESOURO

FR	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	484,05	392,82	385,25	382,19	355,88
SAÚDE	1.594,16	1.377,67	1.312,25	1.311,97	1.254,01
SEGURANÇA	475,18	423,50	399,49	398,31	375,31
DEMAIS ÁREAS	3.461,59	2.691,03	2.553,89	2.534,60	2.317,78
TOTAL GERAL	6.014,99	4.885,02	4.650,87	4.627,07	4.302,98

Fonte: SIG e SATE

Obs.: Posição acumulada até outubro/2011

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	81,15%	101,97%	97,29%	99,21%	93,12%
SAÚDE	86,42%	104,99%	95,23%	99,98%	95,58%
SEGURANÇA	89,12%	106,01%	94,05%	99,70%	94,23%
DEMAIS ÁREAS	77,74%	105,37%	94,19%	99,24%	91,45%
TOTAL GERAL	81,21%	105,03%	94,72%	99,49%	93,00%

Fonte: SIG e SATE

Obs.: Posição acumulada até outubro/2011

²² Demais Fontes: 05; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 21; 25; 26; 90; 95; 96; 97; 98; e 99.

²³ Fontes do Tesouro: 00; 01; 04; 06; 07; 20; e 22.

²⁴ Cota Financeira utilizada refere-se a Programação de Desembolso-PD emitida.

5º bimestre), enquanto no bimestre passado, converteram 98,72% da Cota acumulada. Esse desempenho decorre do montante liquidado e da agilidade dos órgãos na emissão das Programações de Desembolso. As áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança) ordenaram o pagamento de, aproximadamente, 100% de suas PD's²⁵ até o quinto bimestre, com destaque para a Saúde, que obteve o percentual de 99,98%.

O Tesouro Estadual, por sua vez, manteve o seu compromisso em honrar as obrigações e pagou 93% das PD's emitidas pelos órgãos estaduais (suportados com recursos do Tesouro). A área de Saúde teve 95,58% de suas PD's emitidas e pagas, a Segurança 94,23% e a Educação 93,12%.

V.2 Pagamento de PD's

O Tesouro Estadual segue mantendo a celeridade no adimplimento das obrigações suportadas com recursos do Tesouro. O prazo médio de pagamentos, praticado no nesse quinto bimestre de 2011, foi: 18 dias, para as áreas prioritárias; e 25 dias, para as áreas não prioritárias. Essa agilidade pode ser evidenciada quando comparada com o prazo praticado no 4º bimestre: de 22 dias, para as áreas prioritárias; e 25 para as áreas não prioritárias. Cabe ressaltar, ainda, que o Tesouro do Estado do Rio de Janeiro não registra prazo médio de pagamento superior a 30 trinta dias desde 2007.

Esses números evidenciam o contínuo planejamento do fluxo de caixa do Tesouro, fator que vem garantindo a

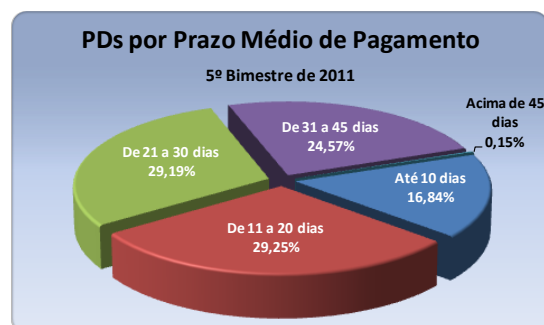
Tabela 25

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DAS PD'S 5º BIMESTRE DE 2011

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	18
NÃO PRIORITÁRIAS	25
MÉDIA GERAL	21

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 2



²⁵ Cabe esclarecer que no Estado do Rio de Janeiro, são quatro as fases da execução orçamentária-financeira: (i) empenho - ato proveniente de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente de implemento de condição, não podendo haver realização de despesas sem prévio empenho; (ii) liquidação da despesa - verificação do direito adquirido pelo credor mediante o exame da contrapartida do crédito, comprovação documental (faturas, notas fiscais etc) da execução; (iii) ordenação - despacho da autoridade competente que após a realização de empenho e da liquidação, solicitando o pagamento da despesa; e (iv) pagamento da despesa. Dessa maneira, a emissão da Programação de Desembolso se consubstancia na fase de ordenação. Assim, a obrigação para pagamento só surge para o Tesouro Estadual após a fase da ordenação.

agilidade da execução da programação orçamentária e financeira.

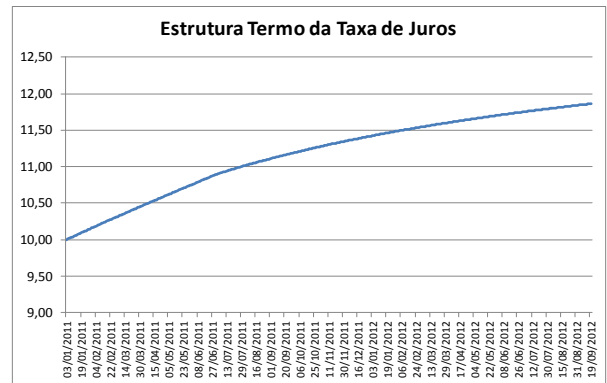
V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

A 162ª reunião do COPOM (Comitê de Política Monetária), dando seguimento ao processo de ajuste das condições monetárias, decidiu por unanimidade, reduzir a taxa Selic para 11,50% a.a. Tal decisão deu-se ao ambiente econômico em que prevalece um nível de incerteza muito acima do usual, e ponderou que o cenário prospectivo para a inflação, desde sua última reunião, acumulou sinais favoráveis.

No quinto bimestre de 2011, os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram o bom desempenho, obtendo em média 99% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark estabelecido pelo Tesouro para os fundos). Para fins comparativos, cabe informar que, até o 5º bimestre, os fundos utilizados pelo Tesouro tiveram um rendimento de 52% acima da remuneração da poupança.

Nos meses de setembro e outubro de 2011, a receita financeira do Tesouro Estadual apresentou queda de 22%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior e de 32%, quando comparado com o bimestre anterior. Esse fato decorreu da menor disponibilidade de caixa no segundo semestre 2011 e da redução da taxa Selic. Todavia, a administração das aplicações do Tesouro tem garantido o cumprimento da meta estimada de receita financeira estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2011.

Gráfico 3



Fonte de Dados: Andima

Gráfico 4

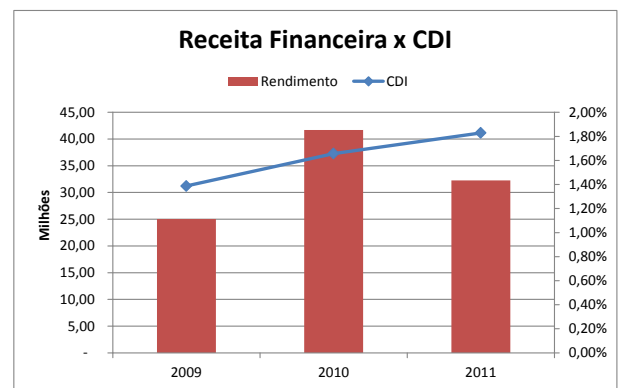
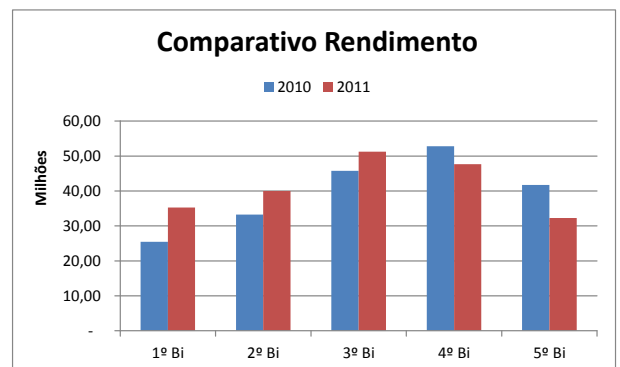


Gráfico 5



V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de janeiro e novembro de 2011, os órgãos e entidades estaduais utilizaram o montante de R\$ 240,7 milhões para honrar as despesas com serviços de energia elétrica, distribuição de água tratada, telefonia, transmissão de dados, fornecimento de gás e correios. Ressalte-se que, mesmo com a maior regularidade no adimplemento da CEDAE, os gastos com os serviços de energia elétrica representam, ainda, a maior parte, com 48% das despesas. O restante subdivide-se em: 21% para serviços de águas; 20% para transmissão de dados; 7% para telefonia fixa e 4% para outros serviços.

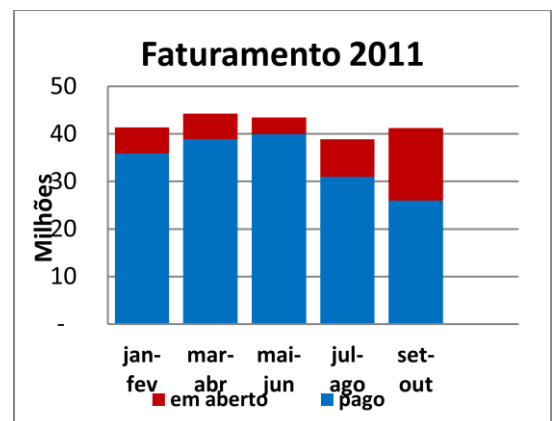
Coadunando-se com a política de atual gestão de priorizar o adimplemento de despesas obrigatórias, os controles de acompanhamento dos níveis de faturamento pelas concessionárias, bem como a evolução da liquidação destas despesas, foram ampliados. Neste sentido, o Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias - SIPC, criado com a finalidade de centralizar a execução orçamentária destas despesas, contribui, especialmente, nas fases de verificação e conciliação do faturamento das 17 concessionárias que participam da sistemática.

Saliente-se que com a adesão, no início de 2011, da CEDAE ao SIPC, o controle do consumo com serviços de água e esgoto abarca, atualmente, as instalações distribuídas por todos os municípios.

Na sistemática de pagamento por intermédio de descentralização orçamentária foi registrado, até outubro de 2011, um faturamento de R\$ 207,7 milhões, tendo sido quitado até o presente momento o equivalente a 82% desta importância. Os valores pendentes derivam, basicamente, de problemas orçamentários da Secretaria de Administração Penitenciária e às pendências da Secretaria de Educação na etapa de conciliação das faturas da CEDAE.

No tocante ao montante reservado para honrar as despesas com serviços essenciais, da dotação

Gráfico 6



orçamentária de R\$ 347,90 milhões, disponibilizada em 2011, no Programa de Trabalho específico, já foram empenhados R\$ 276,4 milhões, ou seja, 89% do total.

Não obstante a execução da dotação orçamentária estar ocorrendo conforme a previsão inicial, cabe salientar que, no sexto bimestre do corrente ano, será imprescindível a presteza dos órgãos na execução dos procedimentos para contabilização das despesas com concessionárias dentro do exercício, a fim de que se evite a criação de dívidas para os anos posteriores.

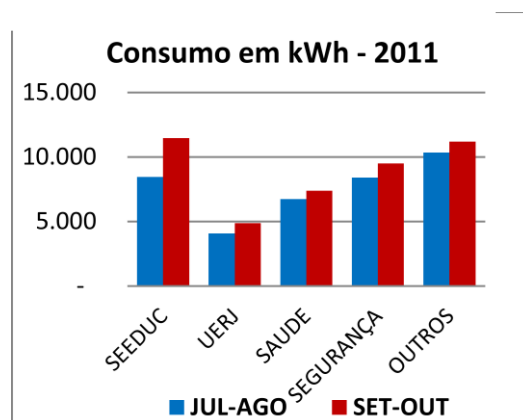
V.4.1 Características de Consumo

Utilizando as ferramentas desenvolvidas para processar com rapidez e precisão os dados técnicos enviados pelas concessionárias, a Coordenação de Acompanhamento e Controle de Pagamento de Concessionárias de Serviços Públicos – CACPC concilia e acompanha, além dos pagamentos, o consumo e a demanda contratada de energia elétrica, individualmente por instalação²⁶.

No tocante ao consumo de energia elétrica, comparando-se o 5º bimestre de 2011 com o bimestre anterior, excluindo-se as unidades da Secretaria de Educação, pode-se verificar um aumento médio em kWh de 11% no consumo dos órgãos. Já nas unidades escolares o aumento verificado foi de 26%, este percentual, acima da média, foi influenciado pelo término das férias escolares do mês de julho.

Outro aspecto de grande relevância para eficiência dos gastos com energia elétrica é o acompanhamento da evolução da utilização de potência ativa utilizada por muitas unidades, denominada fornecimento de alta tensão. Por meio de contrato celebrado entre o órgão e a concessionária são definidos os parâmetros para a disponibilização e consumo destes serviços. Devido ao número expressivo de unidades que utilizam o fornecimento de alta tensão, o estudo do consumo em comparação com a demanda efetivamente contratada,

Gráfico 7



²⁶ Esta ferramenta é parte do projeto de modernização institucional da SUBFIN, no âmbito da mitigação dos riscos operacionais.

reflete o nível de adequação dos valores contratados à realidade do funcionamento da instalação.

No período de janeiro a novembro de 2011, os gastos com potência ativa totalizaram R\$ 52 milhões, sendo R\$ 39,3 milhões de demanda contratada e R\$ 12,6 milhões de demanda ultrapassada. Pode-se destacar que Secretaria de Educação possui considerável potencial para economia com o ajuste dos contratos, devido principalmente à nova realidade das escolas depois da climatização das unidades.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*. No âmbito dos serviços de telefonia, com a celebração do contrato com a Intelig/TIM, iniciou-se a migração para a nova rede de telefonia.

Ressalte-se que as duas concessionárias contratadas aderiram ao SIPC, e estão incluindo as despesas dos órgãos na sistemática gradativamente. Especificamente em relação à telefonia móvel, que a migração está completa, o SIPC recebe atualmente as faturas de 49 órgãos. No que tange a telefonia fixa, tendo em vista que a transição ainda está em curso, duas operadoras estão prestando os serviços, quais sejam: Telemar e Intelig. Somando-se as despesas dos serviços de telefonia fixa e móvel o SIPC registrou até novembro R\$ 14,9 milhões, e, até o presente momento, foram adimplidas 81,6% das obrigações, ou seja, R\$ 12,1 milhões. Quanto aos serviços de transmissão de dados, foram empenhados R\$ 64 milhões e quitados R\$ 49,1 milhões, ou seja, 77%. Cabe ressaltar que 53% desse montante são relativos ao Projeto de Modernização Operacional da Gestão Escolar.

Quanto ao consumo de água tratada, com a adesão da CEDAE ao SIPC, o trabalho conjunto de validação dos medidores e conciliação de consumo entre órgãos, CEDAE e Coordenação de Pagamento de Concessionárias, possibilitou a concepção de um cadastro organizado, correto e confiável. Esta verificação está em

estágio avançado, atualmente 35 órgãos e entidades, de um total de 50, estão incluídos na sistemática de pagamento centralizado. Assim, após a inclusão da CEDAE, o acompanhamento da utilização dos serviços de água e esgoto ficou significativamente mais abrangente.

V.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados – RPP's, as datas de pagamento previstas são maio e novembro. Portanto, não houve pagamentos efetuados no quinto bimestre de 2011.

V.6 Requisições Judiciais de Pagamento Precatórios

No 5º bimestre de 2011, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, R\$ 9,61 milhões para pagamento dos acordos de parcelamento de precatórios.

Os pagamentos realizados nos meses de setembro e outubro foram compostos por 11 acordos firmados pelo Estado. Ressalta-se que esses acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009.

Do total desembolsado, 62,42% foram aplicados no adimplemento das obrigações de natureza alimentícia e 37,58% empregados nas obrigações de natureza comum.

Salienta-se que, em decorrência da opção feita pelo Estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 42.315 de 25 de fevereiro de 2010, consoante as disposições da Emenda Constitucional nº 62, o Estado aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, pelo qual deverá quitar seu estoque em 15 anos.

Assim, até este bimestre, segundo informações do Tribunal de Justiça, foram utilizados para pagamentos de precatórios R\$ 65,77 milhões, referentes às preferências previstas no §2º do art.100 da Constituição Federal, do

Gráfico 8

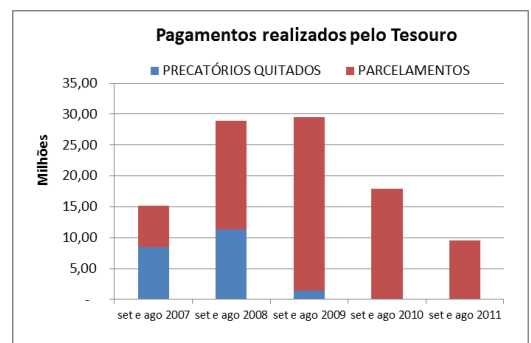
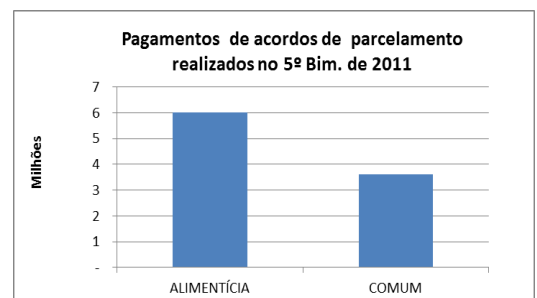


Gráfico 9



montante de R\$ 175,16 milhões, transferidos pelo Estado do Rio de Janeiro ao Tribunal de Justiça, em dezembro de 2010.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 5º Bimestre deste ano, foram pagas 178 requisições de pequeno valor, totalizando o valor de R\$ 899,14 mil.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal²⁷.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições judiciais de pequeno valor, no 5º bimestre de 2011, foi desembolsado, o montante de R\$ 10,50 milhões.

Diante da nova sistemática introduzida pela EC nº 62/2009, o pagamento de novos precatórios será realizado diretamente, pelo Tribunal de Justiça, com os recursos financeiros transferidos pelo Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, apenas os pagamentos dos acordos de parcelamento de precatórios e as requisições judiciais de pequeno valor estão sendo feitos pela Secretaria de Estado de Fazenda.

Tabela 26

PAGAMENTOS DE RPV - 2011		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
SETEMBRO	90	427.289,08
OUTUBRO	88	471.859,41
Total	178	899.148,49

²⁷ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

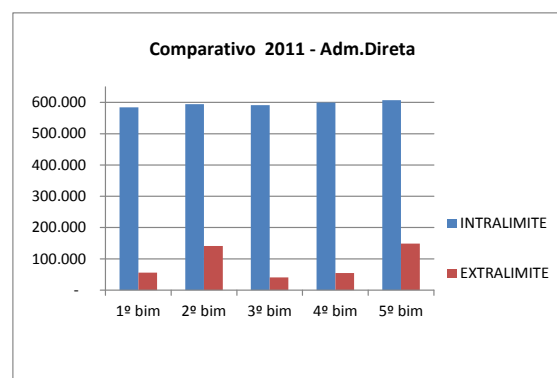
V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispendio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou no 5º bimestre de 2011, R\$ 758,91 milhões com o serviço da dívida²⁸. A importância desembolsada foi 15,97% superior ao valor pago no 4º bimestre em virtude do pagamento da semestralidade, dos contratos da Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP, e dos contratos da dívida externa.

No 5º bimestre, o total efetivamente pago da dívida intralimite²⁹ foi de R\$ 607,38 milhões, resultando, assim, na incorporação de resíduo de R\$ 5,27 milhões pela aplicação do teto de 13% da RLR foi de R\$ 607,38 milhões, resultando, assim, na incorporação de resíduo de R\$ 5,72 milhões pela aplicação do teto de 13% da RLR.

O pagamento da dívida da administração indireta, honrada com recursos do Tesouro Estadual³⁰, totalizou nos meses de setembro e outubro R\$ 2,81 milhões. Esse montante representa, apenas, 0,37% do montante pago no período. A variação no bimestre em relação ao anterior foi de 619,26% em razão do pagamento da semestralidade dos contratos da Dívida de Médio e Longo Prazo da RIOTRILHOS-Companhia de Transportes sobre trilhos do E.R.J.

Gráfico 10



²⁸ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

²⁹ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidas as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

³⁰ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

Tabela 27

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	4º bim 2011			5º bim 2011			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	254.757	399.261	654.018	316.590	439.508	756.099	15,61%
INTRALIMITE	219.931	379.392	599.323	223.858	383.521	607.380	1,34%
EXTRALIMITE	34.827	19.869	54.695	92.732	55.987	148.719	171,90%
INTERNA	27.831	15.685	43.515	29.704	30.291	59.995	37,87%
EXTERNA	6.996	4.184	11.180	63.028	25.696	88.724	693,59%
ADM. INDIRETA HONRADA	315	76	391	1.914	899	2.813	619,26%
TOTAL	255.072	399.337	654.409	318.505	440.407	758.912	15,97%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	222.370	379.392	601.762	229.131	383.521	612.652	1,81%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	219.931	379.392	599.323	223.858	383.521	607.380	1,34%
Diferença incorporada no resíduo	2.439	-	2.439	5.272	-	5.272	116,14%

Valores pagos a preços correntes.

*No cálculo do valor a ser incorporado ao resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

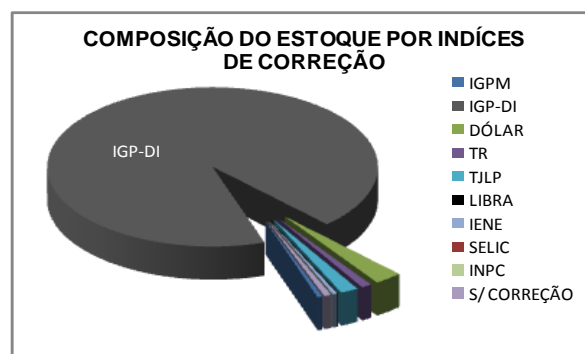
Dívida Financeira x Receita Líquida Real

Nos meses de setembro e outubro deste ano, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 61,63 bilhões, 4,10% maior que o bimestre anterior, explicado, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna, corrigida pelo IGP-DI³¹.

No mês de outubro a Receita Federal do Brasil - RFB finalizou a consolidação dos débitos decorrentes da suspensão pelo Estado do pagamento do PASEP no período 2003 – 2005. A referida consolidação teve origem no pedido de reconhecimento de dívida, formulado pelo Estado, no âmbito do novo REFIS Federal, amparado na Lei Federal nº 11.941/2009.

Assim, foram registrados na dívida R\$ 1,06 bilhão referentes aos novos parcelamentos de débitos junto à RFB. Com a edição da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Programa de

Gráfico 11



³¹ Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que, juntos, representaram 90,32% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram um aumento de 0,78% e de 1,31%, respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 5º bimestre fechou em 1,36% (IGP-DI de ago/11 e set/11) e nos últimos 12 meses (de out/10 a set/11) em 7,46%.

Recuperação Fiscal – REFIS para regularizar os débitos de PASEP e INSS da administração direta. De acordo com o art. 1º, parágrafo 6º, dessa Lei, o Estado efetuou os pagamentos mínimos mensais a partir de junho de 2011 no valor de R\$ 100,00, uma vez que ainda não haviam sido definidos os valores de cada uma das dívidas pelas autoridades competentes. Essas parcelas mensais foram abatidas do valor total devido.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 3,96% do total da dívida financeira, encerrou o bimestre com saldo de R\$ 2,44 bilhões, ou seja, 29,33% superior ao 4º bimestre de 2011. O aumento ocorreu devido à desvalorização do real frente ao dólar³² e ao ingresso de recursos de novas operações.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR), acordado entre a União e o Estado do Rio de Janeiro, apresentou pequena variação em relação 4º bimestre de 2011. A relação aumentou de 2,04 para 2,08³³.

Tabela 28
R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2011			
	4º Bimestre	5º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	59.202.851,36	61.630.938,66	4,10%
INTERNA	57.271.553,27	59.147.630,78	3,28%
Dívida com a União	57.271.553,27	59.147.630,78	3,28%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	1.885.688,18	2.438.726,10	29,33%
Com Aval do Tesouro Nacional	1.883.237,48	2.436.124,23	29,36%
Mobiliária	2.450,70	2.601,87	6,17%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	45.609,92	44.581,78	-2,25%
DÍVIDA FINANCEIRA	59.202.851,36	61.630.938,66	4,10%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	29.082.993,41	29.697.370,22	2,11%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,04	2,08	1,95%

Valores a preços correntes

³² A cotação do dólar (venda) do dia 31/10/2011 foi de 1,6885; e a do dia 31/08/2011 foi de 1,5872.

³³ A meta da dívida para o exercício de 2011, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 10/11/2011, foi de 2,29.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 96,87% do estoque. Desse montante 94,92% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,10% e 6,00%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até outubro de 2029.

No tocante aos vencimentos do curto prazo³⁴, que representam 6,42% do total do serviço a pagar até 2039, apenas 0,14% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresentou um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR³⁵. No exercício seguinte ocorreu uma queda abrupta no serviço. Após a referida queda, observa-se uma estabilidade no mesmo. Tal efeito decorre da substituição do critério de pagamento (de alguns contratos), que passará a utilizar o Sistema Price de amortização ao invés da limitação dos 13% da RLR. Vale ressaltar, ainda, que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 3,92%.

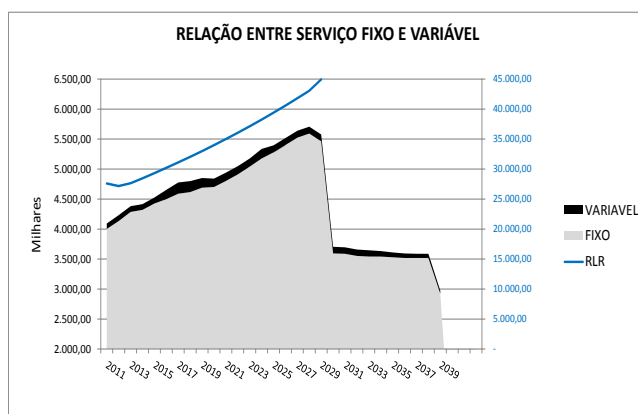
Em relação ao prazo médio de amortização³⁶ e ao prazo médio de repactuação³⁷, estes atingiram 11,81 anos e 11,22 anos, respectivamente.

Tabela 29

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS

R\$ Mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.378.159	2,31%	2,24%
2,1 - 4	321.266	0,54%	0,52%
4,1 - 6	56.679.868	94,92%	91,95%
acima de 6,1	1.333.643	2,23%	2,16%
Subtotal	59.712.935	100,00%	96,87%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.429.747	74,00%	2,32%
4,1 - 6	502.260	26,00%	0,81%
Subtotal	1.932.007	100,00%	3,13%
Total	61.644.942		100,00%

Gráfico 12



³⁴ Dívidas vencidas até o exercício seguinte.

³⁵ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2011 à 2013, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

³⁶ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas.

³⁷ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

Cenários Econômicos

CENÁRIO ATUAL

Índices	%	ESTOQUE
IGPM	0,21%	136.673.763,34
IGP-DI	91,03%	59.301.259.728,10
DÓLAR	4,93%	3.212.083.967,50
TR	1,43%	928.729.262,80
TJLP	1,44%	937.684.031,83
LIBRA	0,00%	2.845.959,28
IENE	0,41%	266.092.405,80
SELIC	0,00%	-
S/ CORREÇÃO	0,55%	357.062.418,10
TOTAL	100,00%	65.142.431.536,75

dez/12

CENÁRIO OTIMISTA

Índices	%	ESTOQUE
IGPM	0,23%	136.673.763,34
IGP-DI	90,38%	54.876.002.003,89
DÓLAR	5,29%	3.212.083.967,50
TR	1,53%	928.729.262,80
TJLP	1,54%	937.684.031,83
LIBRA	0,00%	2.845.959,28
IENE	0,44%	266.092.405,80
SELIC	0,00%	-
S/ CORREÇÃO	0,59%	357.062.418,10
TOTAL	100,00%	60.717.173.812,54

dez/12

CENÁRIO PESSIMISTA

Índices	%	ESTOQUE
IGPM	0,19%	136.673.763,34
IGP-DI	91,69%	64.463.935.118,46
DÓLAR	4,57%	3.212.083.967,50
TR	1,32%	928.729.262,80
TJLP	1,33%	937.684.031,83
LIBRA	0,00%	2.845.959,28
IENE	0,38%	266.092.405,80
SELIC	0,00%	-
S/ CORREÇÃO	0,51%	357.062.418,10
TOTAL	100,00%	70.305.106.927,11

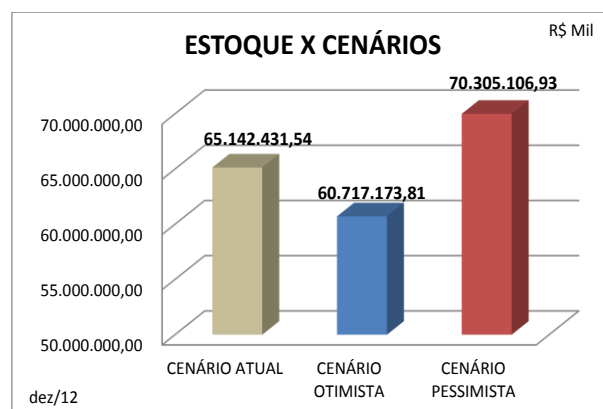
dez/12

Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, como pode ser observado nas tabelas acima, entre o cenário otimista e pessimista de, aproximadamente, R\$ 9,5 bilhões e, em valores relativos, de 15,79%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 1,31% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 90,38%, no cenário otimista, para 91,69%, no cenário pessimista. Essa pequena variação da participação do IGP-DI no total da dívida, decorre desta ser composta em quase sua totalidade pelo referido índice. E qualquer incremento na dívida vinculada a este índice terá como reflexo um aumento de mesma grandeza na dívida total. Fazendo com que a variação relativa individual da dívida vinculada a este índice seja bem inferior à sua variação absoluta.

No que se refere ao contexto macroeconômico e aos cenários apresentados, o IGP-DI por ser um índice geral de preços está intimamente ligado a outros importantes índices da economia como: IPCA, taxa básica de Juros (SELIC) e taxa de câmbio. Isso significa dizer que o IGP-DI é sensível a essas e a outras variáveis.

Gráfico 13



O cenário que o Banco Central (BC) está esperando para o próximo ano é atípico devido à crise (ou recessão) mundial. Caso esta hipótese se concretize, o BC espera que os grandes mercados consumidores de produtos brasileiros se desaqueçam. Somando-se a isto a valorização do real fará que os produtos nacionais tornem-se menos competitivos e conseqüentemente menos demandados no mercado externo. Por conta desses fatores e visando defender os produtores nacionais, o COPOM decidiu, nas últimas reuniões, efetuar cortes e dar início a uma trajetória decrescente na taxa básica de juros. Neste contexto, esta ação estimula o crédito e a demanda agregada interna, que em conjunto com uma rígida política fiscal, visa não exercer pressão sobre os preços. Por isso, a baixa projeção para o IGP-DI no próximo ano.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 650,87 milhões de receita oriunda de operações de créditos, no 5º bimestre de 2011:

- R\$ 200 mil foram destinados para o Programa de Modernização da Administração Estadual I – PMAE I (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 14,91 milhões foram destinados ao Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 80 milhões foram destinados ao Programa referente à Reforma e Adequação do Estádio Mario Filho - Maracanã - PROCOPA (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 28,65 milhões foram para o Programa de Apoio de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 19,78 milhões foram para o Programa Saneamento para todos PAC (recursos provenientes da CAIXA);

- R\$ 4,94 milhões para o Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do Banco Mundial);
- R\$ 4,87 milhões para Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do Banco Mundial);
- R\$ 1,48 milhões destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J (recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento); e
- R\$ 496,05 milhões ao Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável - PROHDUMS (recursos provenientes do Banco Mundial).

Tabela 30
Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Ente: Estado do Rio de Janeiro

Data: 31.10.2011

Valores em R\$ mil

	2011		TOTAL
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	826.325,69	905.259,69	2.305.738,59
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	279.312,22	375.330,92	1.404.845,57
1. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	9.462,77	12.153,14	12.153,14
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	300,00	727,32	727,32
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	43.032,21	25.791,48	514.967,80
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	34.794,38	97.762,33	97.762,33
5.1 BB - Programa de Sustentação de Investimentos	-	0,00	0,00
6. BNDES PMAE II	1.216,47	7.176,52	7.176,52
7. CAIXA PAC	110.506,39	192.920,13	192.920,13
8. VIALIGHT - CAIXA	-	-	259.138,33
9.MARACANÃ COPA 2014 - BNDES	80.000,00	38.800,00	320.000,00
Demais	547.013,47	529.928,77	900.893,03
1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	32.161,76	136.230,38	277.220,13
2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	11.186,34	5.910,62	50.360,38
3. BID - PROFUZ (profisco)	7.542,41	6.642,58	23.492,48
4. BIRD - PRÓ-GESTÃO	77,96	8.754,39	31.450,54
5. BID PRODETUR	-	43.133,30	189.112,00
6. BIRD DPL II_PROHDUMS	496.045,00	329.257,50	329.257,50
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	221.336,81	2.217.874,90
1. SAUDE/HRB	-	65.831,33	132.800,00
2. SANEAMENTO PARA TODOS_PAC 2 - CAIXA	-	41.513,19	415.372,25
3. PROGR. ESTADUAL DE TRANSPORTES II ADICIONAL - PETII ADIC.	-	91.450,56	952.320,00
4. PSAM	-	22.541,73	717.382,66
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)	-	3.836.391,54	6.316.318,48
Total	826.325,69	4.962.988,04	10.839.931,98

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de out/2011

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 10/11/2011, atualizados pelo IGP-DI/2010.

V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios³⁸

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 5º bimestre de 2011, com 1.122 Convênios vigentes³⁹, dos quais 692 Convênios de Despesa e 430 Convênios de Receita.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças⁴⁰, já na esfera dos Convênios de Receita, o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC⁴¹ engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 228 convênios, beneficiando 83 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de aproximadamente R\$ 656,14 milhões, que serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura. Neste 5º bimestre, foram empenhados cerca de, R\$ 50 milhões; liquidados R\$ 52,59 milhões; e, pagos, R\$ 54,77 milhões.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 464 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Neste bimestre, foram empenhados cerca de R\$ 113,82 milhões; liquidados R\$ 113,78; e pagos R\$ 118,99 milhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 5º bimestre de 2011, o total de 75 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 2,53 bilhões⁴².

³⁸ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

³⁹ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁴⁰ Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁴¹ Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁴² Valor original desconsiderando os aditivos.

Dessa importância, R\$ 1,51 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União e, aproximadamente, R\$ 1,02 bilhão é oriundo do Tesouro Estadual.

Dos recursos previstos pelo Tesouro do Estado, até o 5º bimestre de 2011, foram repassados em torno de R\$ 1,14 bilhão. Sendo destinados 71,47% à área de Habitação e cerca de 28,53% à área de Saneamento.

As Secretarias de Estado de Fazenda, da Casa Civil, de Obras e de Assistência Social e Direitos Humanos, por intermédio da Escola Fazendária e do EGP-Rio, realizaram nos dias 27 e 28 de setembro e nos dias 18 e 19 de outubro o I Seminário de Convênios para os Municípios do Estado do Rio de Janeiro, que foi destinado especificamente aos servidores, gerentes e ordenadores de despesas das Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro que tratam direta ou indiretamente da área de convênios, tanto na execução, como na celebração.

O seminário, realizado na Escola Fazendária, foi ministrado por servidores técnicos da Auditoria Geral do Estado, do EGP-Rio e da Controladoria Geral da União (CGU), cujo principal objetivo foi reduzir significativamente o número de problemas verificados nas prestações de contas que, por sua vez, muitas vezes inviabilizam ou dificultam a captação de novos recursos.